

MERCADOS



Bovespa cede quase 1%, abaixo dos 125 mil pontos; dólar sobe

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou até o fim, sem conseguir reter o nível de 125 mil pontos pelo terceiro dia seguido, ontem em viés negativo, em baixa de 0,96%, aos 124.768,71 pontos, com giro a R\$ 22,2 bilhões. Na semana e no mês, o Índice Bovespa (Ibovespa) acumula perda de 1,86% e de 1,08%, respectivamente. No ano, limita o avanço a 3,73%.

Na sessão, o ajuste negativo foi puxado pelas ações de commodities e também pelas dos maiores bancos, com Bradesco em baixa de 1,21% (ON) e de 1,95% (PN). Vale cedeu 0,61%, na mínima do dia no fechamento, enquanto Petrobras encerrou sem sinal único, com a ON em baixa de 0,17% e a PN sem variação. Em relação à última sexta-feira, o Ibovespa amplia o ajuste, tendo encerrado a semana passada ainda na casa dos 127 mil pontos. Assim, no fechamento de

hoje, foi ao menor nível desde 12 de fevereiro, então aos 124.380,21 pontos.

Na ponta ganhadora do Ibovespa ontem, Ambev (+5,5%), Metalúrgica Gerdau (+2,13%), Gerdau (+2,02%) e CSN (+1,87%). No lado oposto, IRB (-18,26%), WEG (-8,68%) - após balanço trimestral -, MRV (-7,84%) e Azul (-7,80%). O balanço do último trimestre de 2024 da Ambev, com lucro líquido de R\$ 5,024 bilhões, e a distribuição de dividendos, divulgados pela manhã, ajudaram a colocar suas ações na lista de maiores ganhos do índice na sessão.

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de ontem, com valorização de 0,86%, cotado a R\$ 5,8035 - no maior nível de fechamento desde 3 de fevereiro (R\$ 5,816). O real apresentou o pior desempenho entre as principais moedas globais, incluindo divisas fortes e emergentes.

JANEIRO

Dívida Pública cai 0,87% e fica abaixo de R\$ 7,3 tri

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

O alto volume de vencimentos de títulos prefixados e de papéis emitidos no exterior fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em janeiro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 7,316 trilhões em dezembro para R\$ 7,253 trilhões no mês passado, com queda de 0,87%.

Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 7 trilhões. Mesmo com a alta em janeiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 0,23%, passando de R\$ 6,967 trilhões em dezembro para R\$ 6,176 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 79,97 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente). O recuo foi parcialmente compensado pela apropriação de R\$ 63,97 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,25% ao ano, a apropriação de

juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 145,39 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais alto desde maio do ano passado. No entanto, com o alto volume de vencimentos em janeiro, os resgates somaram R\$ 255,28 bilhões, o volume mais alto desde agosto do ano passado.

No mercado externo, a queda do dólar e o vencimento de títulos no exterior reduziram o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 13,57%, passando de R\$ 349,19 bilhões em dezembro para R\$ 301,81 bilhões em janeiro. O principal fator foi o vencimento de cerca de US\$ 5 bilhões (R\$ 29,92 bilhões) no fim de janeiro e o recuo de 5,85% da moeda norte-americana no mês passado.

COLCHÃO

Depois de subir por três meses seguidos, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. A reserva passou de R\$ 860 bilhões em dezembro para R\$ 744 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o forte resgate líquido (regate menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,72 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,221 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O resgate de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) mudou a composição da DPF. A proporção desses papéis caiu de 21,99% em dezembro para 20,15% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 19% e 23%.

Normalmente, os papéis prefixados indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu fortemente de 46,29% em dezembro para 47,98% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 48% e 52%. Esse tipo de papel está atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas da taxa Selic (juros básicos da economia).

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF também subiu, passando de 26,96% para 27,72%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarem o ano entre 24% e 28%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,76% para 4,15%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2025, entre 3% e 7%.

PRAZO

O prazo médio da DPF subiu de 4,05 anos para 4,11 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Este é o intervalo médio que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

As instituições financeiras continuam como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 29,1% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 24,4%, e os fundos de investimento, com 22,1%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com a redução da instabilidade no mercado externo, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu de 10,2% em dezembro para 9,9% em janeiro. Em novembro, o percentual estava em 11,2% e tinha atingido o maior nível desde dezembro de 2018, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública estava em 11,2%. Os demais grupos somam 14,5% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

BPC

TCU determina que INSS corrija falhas que geram pagamentos indevidos

AMANDA PUPO/AE

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) fez ontem, uma série de determinações e recomendações para o governo federal corrigir falhas que estão gerando pagamentos indevidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O julgamento foi baseado em auditoria da área técnica da Corte de Contas, segundo a qual os problemas podem custar R\$ 5 bilhões por ano aos cofres da União, como mostrou o Grupo Estado mais cedo.

Pela decisão do TCU, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deverá, em seis meses, adotar providências contra acúmulos indevidos de benefícios e a concessão de BPC a pessoas já falecidas.

A auditoria revelou que foram identificados 6,7 mil casos de acumulação indevida de benefícios, com um impacto financeiro anual estimado em R\$ 113,5 milhões. Foram constatados ainda 2,5 mil beneficiários possivelmente falecidos e outras 31,1 mil inconsistências nos registros dos dados cadastrais dos titulares de BPC e seus respectivos familiares.

Enquanto o INSS é responsável por operacionalizar a política, a gestão do BPC é de alçada do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O BPC garante o auxílio de um salário mínimo para pessoas idosas e pessoas com deficiência que estão em condição de vulnerabilidade social.

Pelo acórdão julgado na sessão desta quarta, o MDS será comunicado da estimativa de que 6,3% dos beneficiários que recebem o BPC não se encaixam na regra de renda familiar mensal per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo - o que geraria o custo de R\$ 5 bilhões indevidos por ano. Outros

achados da auditoria serão informados à pasta, como a conclusão de que 15,9% de beneficiários têm inconsistências no endereço que prejudicam sua localização, e outros 15% têm indícios de inconsistência na composição familiar.

O crescimento expressivo do benefício levou a equipe econômica a propor mudanças no BPC dentro do pacote fiscal aprovado no fim do ano passado. Impopular, a proposta foi desidratada pelo Congresso. Além disso, há ajustes que ainda dependem de regulamentação. O gasto com BPC cresceu 14,9% no ano passado, e custou R\$ 113,421 bilhões à União.

O TCU também fez outras recomendações ao MDS, como a realização de estudos sobre o aumento da concessão de BPCs a partir de junho de 2022 "com a devida quantificação do impacto de cada um dos possíveis fatores" que foram identificados pela auditoria. Ao INSS, a Corte de Contas também recomendou a promoção de ações de melhoria da qualidade e completude dos dados de identificação dos titulares e seus familiares, ajuste nas análises automáticas e aperfeiçoamento do fluxo do processo de revisão e apuração de indícios de superação de renda.

Conjuntamente ao MDS e ao INSS, recomendou que os órgãos estabeleçam uma rotina de acompanhamento constante pela pasta das ações revisionais realizadas pelo INSS em decorrência do cruzamento mensal de informações para verificação da manutenção do critério renda.

Segundo a área técnica do TCU, as principais causas para o pagamento a pessoas que não atendem aos critérios de elegibilidade ao BPC incluem atrasos na correção de irregularidades, complexidades nos controles da composição familiar.

2025

Pesquisa mostra otimismo de microempreendedores individuais

Metade dos microempreendedores individuais brasileiros espera que o cenário da economia brasileira seja favorável a seus negócios neste ano de 2025, revela a Sondagem Econômica do MEI, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em meio a boatos, já desmentidos pelo Ministério da Fazenda, de aumento na alíquota de contribuição previdenciária, a pesquisa indica que 50% estão otimistas com o desempenho de seus negócios neste ano, que deverá ser melhor que o de 2024.

No que se refere ao contexto geral do quadro econômico do país, o otimismo dos microem-

presários caiu um pouco na comparação com o ano passado: 40%.

As regiões que concentram o maior número de microempresários otimistas são o Norte e o Centro-Oeste do país, com 47,8% dos consultados. Em seguida, vêm os nordestinos, com 44,9%. Já o Sudeste, com 37,6%, e o Sul, com 35,4%, são as regiões menos otimistas.

Por campo de atividade, os microempresários da área de comércio estão na ponta da pesquisa, com uma perspectiva positiva de 53,4% para este ano. A indústria registrou índice de 49,6%, e o setor de serviços ficou com um pouco abaixo, com 48,7%.

Estão também no Norte e

Centro-Oeste os MEIs mais esperançosos de bons resultados para seus próprios negócios: 56,9%. Depois vêm os microempresários do Nordeste (53,3%), do Sudeste (48,5) e do Sul (47,9%).

OTIMISMO DE VOLTA

Segundo o presidente do Sebrae, Décio Lima, a pesquisa endossa a correção das iniciativas econômicas adotadas pelo governo federal.

"Os pequenos negócios representam o segmento que mais gerou empregos em 2024 e o que mais abriu empresas, com mais de 4 milhões de novos empreendimentos. Esses empreendedores são aqueles que nunca desistem, que acordam de manhã e

buscam criar oportunidades, gerando emprego e renda. Estamos devolvendo o otimismo ao brasileiro, que voltou a comprar, colocando a economia em movimento", disse Lima.

Ainda sobre a pesquisa do Sebrae e FGV, pouco mais de 15% dos microempreendedores entrevistados acreditam que o resultado de 2025 será igual ao do ano passado e apenas 13,8% estão pessimistas.

De acordo com o Sebrae, o Brasil conta com aproximadamente 11 milhões de MEIs com registro ativo, dos quais, 90% estão em atividade. O modelo do MEI é a categoria mais popular hoje de formalização legal dos pequenos empreendedores brasileiros.

120 DIAS

TCU recomenda plano para destravar Autoridade Nuclear

RENAN MONTEIRO E LUIZ ARAÚJO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem, recomendar ao governo federal o estabelecimento de um prazo de 120 dias para a formulação de

plano de ação com providências para garantir "o bom funcionamento" da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

A Corte de Contas menciona a necessidade de tratativas

sobre dotações orçamentárias futuras para cada entidade, o patrimônio móvel e imóvel, contratos em geral e serviços de tecnologia da informação.

Esse plano de ações será recomendado ao Ministério de

Minas e Energia (MME), ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

A ANSN é uma autarquia federal criada em 2021, com a finalidade de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação.

Dentre outras pendências, falta a definição do corpo de diretores do novo órgão.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

JANEIRO

Vendas da indústria de máquinas sobem 19,5%

EDUARDO LAGUNA/AE

A indústria de máquinas e equipamentos começou 2025 mantendo a trajetória de recuperação iniciada no segundo semestre do ano passado. As vendas do setor, na soma de mercado interno e exportações, subiram 19,5% no comparativo do mês passado com janeiro de 2024, chegando a R\$ 20,5 bilhões em receita líquida.

O balanço foi divulgado nesta quarta-feira, 26, pela Abimaq, a associação que representa os fabricantes de bens de capital mecânicos. Frente a dezembro, houve queda de 4,6% em janeiro, mas a variação negativa é ex-

plicada pela sazonalidade. Descontando os efeitos sazonais, o setor mostrou crescimento de 7,5% na margem - ou seja, de um mês para o outro.

A entidade pondera que o crescimento ante o mesmo mês do ano passado se deu sobre uma base de comparação fraca, uma vez que em janeiro de 2024 o setor registrou queda expressiva, de 21,3%, na comparação interanual.

Frente a janeiro de 2024, os investimentos em máquinas no Brasil, tanto nacionais quanto importadas, tiveram crescimento de 37,6% no mês passado, para R\$ 33 bilhões. As compras de máquinas produzidas no Brasil, de R\$ 15,6 bilhões, tiveram au-

mento de 32,3% em um ano, mas, ainda assim, os produtos nacionais representaram menos da metade do consumo total.

As importações, registradas em dólares, tiveram crescimento de 19,3%, para US\$ 2,7 bilhões, o maior valor para o mês da série estatística histórica. Praticamente um terço das máquinas importadas no Brasil (36%) vem da China. O maior volume de importação foi realizado pelo setor de infraestrutura e exploração de óleo e gás. Houve também aumento na aquisição de máquinas importadas pelas indústrias de bens de consumo.

Já as exportações de máquinas e equipamentos produzi-

dos no Brasil caíram 22,3% em janeiro, em relação ao primeiro mês do ano passado, somando US\$ 818,32 milhões. Conforme a Abimaq, o desempenho dos embarques preocupa por aprofundar a queda das vendas ao exterior iniciada em 2024. A baixa na quantidade exportada, de 23%, foi intensa, e é em parte explicada pelo encolhimento das vendas para Estados Unidos e México.

O balanço mostra ainda um aumento de 0,4%, na passagem de dezembro para janeiro, do número de pessoas empregadas pela indústria de máquinas e equipamentos. O setor encerrou o mês passado com 400,2 mil trabalhadores.

AEROPORTO

Tribunal mantém prazo de relicitação de Viracopos até junho

LUIZ ARAÚJO E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) manteve o prazo de 2 de junho deste ano para a finalização do processo de relicitação da concessão do Aeroporto de Viracopos (SP). A decisão foi reforçada pelos ministros Ontem, após análise de recurso da atual concessionária, que pedia adiamento.

A concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) sustenta que o prazo não observou o período em que o processo ficou suspenso. Isso ocorreu porque o governo federal tentou um acordo de repactuação para a permanência da empresa entre 2023 e 2024. Mas as partes não chegaram a um acordo.

A ABV também reclama de falhas no cálculo de indenizações pelos bens não amortizados (investimentos com vida útil que seguirão sendo utilizados pela nova concessionária). A empresa diz que essa questão justificaria a suspensão até que as supostas falhas sejam sanadas.

O ministro Bruno Dantas, relator da análise, disse que as decisões anteriores são "intocáveis". Seguido pelos demais ministros, rejeitou o pedido de adiamento. "Esse prazo é fatal e somente caberá prorrogação se atendidos os critérios estabelecidos nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 20, da Lei 13.448/2017", definiu o TCU. O artigo e parágrafos citados citam a possibilidade de prorrogação se verificar ausência de interessados no processo licitatório.

Já sobre os cálculos sobre bens não amortizados, a Corte de Contas fez recomendações à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre o inventário. Reforçando o encaminhamen-

to anterior, o TCU pediu atualizações do processo administrativo de contratação de empresa de auditoria independente para acompanhar o processo de relicitação.

A Agência deverá, no prazo de 15 dias, detalhar as "ações adotadas para garantir a validação externa dos cálculos de indenização de bens reversíveis não amortizados ou depreciados por empresa de auditoria independente."

CONFLITOS

O Aeroporto de Viracopos tem histórico de conflito entre a concessionária, o governo e a agência reguladora. Antes de admitir a relicitação, a atual gestora entrou em recuperação judicial, apontando frustração de arrecadação projetada no contrato.

O governo chegou a pedir a retomada do controle do ativo. Em 2020 o conflito perdeu fôlego após a empresa aceitar submeter o pedido de relicitação e resolver a disputa por meio de arbitragem. O prazo inicial para relicitar a concessão era de quatro anos, o que foi superado em julho do ano passado.

O adiamento do prazo se deu porque, em 2023, em movimento apoiado pelo governo federal, a ABV e outras concessionárias indicaram o interesse em permanecer com os ativos desde que, em troca, tivessem seus contratos equilibrados.

Em setembro do ano passado, após meses de diálogos, o governo entendeu que não seria possível alcançar um acordo. Na época, um membro do alto escalão do governo disse ao *Broadcast* que "o buraco financeiro da ABV é grande demais para que consiga equacionar obrigações de investimentos que serão estabelecidos na repactuação".

HABITAÇÃO

Caixa fecha dezembro com saldo de R\$ 832,1 bilhões em crédito

LETYCIA BOND/AE

A Caixa encerrou o mês de dezembro de 2024 com saldo de R\$ 832,1 bilhões na carteira de crédito imobiliário. O valor atingido é 13,5% maior do que o patamar de dezembro de 2023, conforme salientado em balanço divulgado ontem, na capital paulista.

A análise de todo o ano de 2024 indica que as contratações de crédito imobiliário somaram R\$ 223,6 bilhões, total 20,6% superior ao de 2023. A marca alcançada no ano passado é recorde. Ao todo, a Caixa financiou 803,4 mil imóveis, permi-

tindo que 3,2 milhões de pessoas adquirissem a casa própria.

Outro resultado destacado pela Caixa foi o da poupança, indicador capaz de ampliar a percepção sobre aspectos como a forma com que os brasileiros estão lidando com o dinheiro e se têm conseguido economizar. Em dezembro de 2024, os depósitos na poupança aumentaram 7,5%, gerando saldo de R\$ 385,4 bilhões.

O balanço apresentado pela instituição revela que o total de crédito consignado naquele mês foi de R\$ 101,5 bilhões. Uma das discussões atuais é a oferta dessa opção a trabalhadores da iniciativa privada, já disponível pa-

ra funcionários públicos e aposentados.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, ressaltou que, a princípio, há 40 milhões de pessoas habilitadas para obter aprovação na linha e que a modalidade é importante também porque reduz custos de operação. "Estamos só aguardando a regulamentação", afirmou.

Fernandes comemorou o desempenho da instituição financeira e fez colocações sobre a guinada digital do banco. Seguindo ele, a fase, no momento, é de remanejamento de agências, algo que está sendo feito gradualmente, conforme de-

mandas identificadas.

Ele disse que o plano é de apenas redistribuir unidades em locais com mais clientes e não perder de vista a vocação social do banco, que é ponte para atendimentos de beneficiários de programas do governo federal. Apenas em 2024, R\$ 404,1 bilhões foram pagos a pessoas neles cadastrados, sendo R\$ 163,3 bilhões somente do Bolsa Família e R\$ 5,6 bilhões a estudantes inscritos no Pé-de-Meia.

"Vamos até crescer um pouco", assegurou Fernandes, quando questionado sobre as perspectivas de expansão da Caixa em 2025.

BALANÇO

CPFL Energia registra lucro líquido de R\$ 1,57 bilhão no 4º trimestre de 2024

LUCIANA COLLET/AE

O Grupo CPFL Energia registrou lucro líquido consolidado de R\$ 1,574 bilhão no quarto trimestre de 2024, alta de 18,7% ante o anotado no mesmo período de 2023. Com isso, no acumulado do ano, a companhia reportou lucro líquido de R\$ 5,762 bilhões, 4,1% maior que o verificado no exercício anterior.

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, na sigla em inglês) consolidado do quarto trimestre somou R\$ 3,276 bilhões, aumento de 5,3% frente ao mesmo intervalo de 2023. No acumulado do ano, a linha totalizou R\$ 13,134 bilhões, alta anual de 2,4%.

A receita operacional líquida cresceu 13,3% entre outubro e dezembro do ano passado, frente o verificado nos mesmos meses de 2023, para R\$ 11,946 bilhões. De janeiro a dezembro, a receita alcançou R\$ 42,628 bilhões, alta de 7,3% ante o verificado no ano anterior.

ÁREAS DE NEGÓCIOS

Entre os segmentos de atuação da CPFL, destaque para o recuo de 8,7% no Ebitda da Distribuição no quarto trimestre, para R\$ 1,88 bilhão, e o aumento de 45,4% no Ebitda da Geração, para R\$ 1,1 bilhão. No consolidado de 2024, a Distribuição somou Ebitda de R\$ 7,76 bilhões, 1,3% abaixo do verificado um ano antes, enquanto a Geração apresentou desempenho 8% melhor na comparação anual, para R\$ 4,02 bilhões.

O diretor-presidente da CPFL Energia, Gustavo Estrella, comentou que alguns efeitos contábeis poluíram os resultados. Na Distribuição, por exemplo, a comparação anual foi afetada pela conclusão da revisão tarifária de 2023, o que resultou em um reconhecimento contábil positivo de R\$ 187 milhões.

Ele salientou, porém, o desempenho positivo do mercado nas áreas de concessão, com aumento de 4,2% das vendas na área de concessão no ano, para

72,89 gigawatts-hora (GWh) e de 1,4% no quarto trimestre, para 18,5 GWh.

"Reportamos bons números de crescimento na baixa tensão, especialmente residencial e comercial, muito em função de temperatura", disse Estrella, explicando que a alta foi menos intensa no quarto trimestre por conta da elevada base de comparação dos últimos meses de 2023, quando as temperaturas também foram mais elevadas.

Ele citou, também, a retomada "consistente" do consumo industrial, de 3% no acumulado do ano, tendência que se mantém neste início de 2025, disse.

CURTAILMENT

Na geração, por sua vez, efeitos contábeis impulsionaram os resultados e mascararam o efeito negativo das restrições operacionais impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A empresa anotou um *curtailment* médio de 20% no quarto trimestre de 2024, período em que

historicamente a companhia registra alta geração eólica. Segundo a CPFL, o prejuízo com *curtailment* somou R\$ 88 milhões nos últimos três meses do ano, somando R\$ 272 milhões no último exercício.

Considerando que em 2023 também houve perdas relacionadas a esses cortes, o efeito negativo líquido com *curtailment*, na comparação entre os exercícios, foi de R\$ 171 milhões. No entanto, o balanço da empresa também apresenta efeitos extraordinários positivos, como a contabilização do valor justo de ativos - Enercan e Lajeado - gerando um impacto positivo somado, na comparação ano contra ano, de R\$ 543 milhões. Adicionalmente, a empresa também registrou uma reversão de provisão com impacto de R\$ 123 milhões.

"De maneira bem transparente, a mensagem no segmento de geração é que o *curtailment* que tem afetado bastante os nossos negócios, com impacto negativo", disse.

Nota

C&A TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 254,9 MILHÕES NO QUARTO TRIMESTRE DE 2024

A C&A apresentou lucro líquido de R\$ 254,9 milhões no quarto trimestre de 2024, uma alta de 59,8% frente ao lucro de R\$ 159,5 milhões do quarto trimestre de 2023. Já em 2024, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 452,5 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 6,8 milhões em 2023. O Ebitda ajustado (pós-IFRS16) foi de R\$ 593,4 milhões no quarto trimestre, alta de 12,7% no mesmo período do ano anterior. A margem Ebitda ajustado cresceu 0,3 ponto porcentual (p.p.) no trimestre, chegando a 23,3%. Já no ano passado, o Ebitda ajustado alcançou R\$ 1,4 bilhão, avanço de 33% na comparação com 2023. Na receita líquida consolidada, a alta foi de 11,3% na base anual, chegando a R\$ 2,5 bilhões no quarto trimestre. Se considerada apenas a receita de vestuário, o

crescimento foi de 14,4%, para R\$ 2,2 bilhões no período. Em 2024, por sua vez, a receita atingiu R\$ 7,6 bilhões, um salto de 13,7% frente ao ano anterior. Segundo a empresa, as vendas de vestuário em mesmas lojas apresentaram crescimento de 14,4% no quarto trimestre na comparação anual. "O trimestre foi impulsionado pelo forte engajamento das clientes com as coleções, especialmente nas linhas Feminina, Masculina e Lingerie e em lojas com perfil de maior poder aquisitivo e consumo diferenciado", afirmou a companhia. Já a categoria de produtos de beleza obteve crescimento de 74,3% na receita quando comparado ao mesmo período do ano passado, compensando parcialmente a queda de 34,4% da categoria de produtos eletrônicos, resultante da estratégia de fechamento gradual de quiosques de venda de celulares. Ao todo, 70 quiosques foram fechados no trimestre, de acordo com a companhia.

ENERGIA

Enel poderá ter contrato renovado por 30 anos

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou em reunião da diretoria a prorrogação de contratos a vencer entre 2025 e 2031 de 19 concessionárias de distribuição. A renovação será por 30 anos e inclui o contrato da distribuidora Enel, de São Paulo. A aprovação já era discutida no setor e pela agência durante os últimos anos, mas se tornou polêmica após os apagões causados pela chuva e por furtos de fios em São Paulo, área concessionada para a italiana Enel. A possibilidade é alvo de críticas desde um apagão de cerca de uma semana que atingiu a região metropolitana em novembro de 2023.

Desde então estado, município, poder legislativo, Procon, além de órgãos federais como a Advocacia-Geral da União e a própria Aneel fizeram cobranças públicas à concessionária e por vezes a acionaram judicialmente, inclusive pedindo o pagamento de multas. A empresa afirma ter alterado protocolos internos e reformulado equipes para diminuir o tempo de resposta e evitar a repetição de problemas. Nas tempestades da atual temporada, também são constatadas interrupções em pontos variados. Ontem, por exemplo, após um temporal breve na região concessionada, a Enel informa que há quase 56 mil clientes sem energia.

Também durante esta semana houve registro de áreas comerciais no centro, na região da rua 25 de Março, com problemas de abastecimento, sem causa esclarecida, afetando o comércio e inclusive a segurança na região.

DECISÃO

Na Reunião Pública Ordinária desta terça-feira (25), a Aneel aprovou a assinatura de termos aditivos aos contratos, o que formaliza as prorrogações por 30 anos. A medida também tem o objetivo de modernizar cláusulas referentes à satisfação do consumidor e à qualidade do serviço prestado, e prevê ações para o aumento da resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos.

"Com os novos contratos, além de se exigir os níveis globais de continuidade de cada concessão (duração e frequência de interrupções), a Aneel passará a exigir percentual mínimo de conjuntos elétricos dentro dos limites definidos pela agência, o que levará à melhora da qualidade, sobretudo em áreas rurais e de menor adensamento urbano, nas quais, atualmente, as distribuidoras têm registrado piores indicadores de continuidade", informa a agência.

Para a renovação automática haverá, ainda, a imposição de renúncia de ações judiciais pelas concessionárias em relação aos contratos e há recomendação de exigência de pagamento de multas suspensas, que hoje somam R\$ 943 milhões, somadas as multas contestadas pelas 19 empresas.

PREFEITURA

A Prefeitura de São Paulo diz ser contrária à medida, afirmando que acompanhará de perto todo esse processo de avaliação do pedido da empresa junto à Aneel e que "repudia e se manifesta contrária a qualquer possibilidade de renovação do contrato de energia entre o Governo Federal e a concessionária".

ABSURDO!

Metrô do Rio terá passagem mais cara do Brasil: R\$ 7,90

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A agência reguladora de transportes concedidos no estado do Rio de Janeiro – Agetransp – autorizou o reajuste do preço da passagem de metrô de R\$ 7,50 para R\$ 7,90 a partir de 12 de abril.

A decisão foi tomada por conselheiros da Agetransp durante a segunda sessão regulatória deste ano, realizada na terça-feira passada. A Agetransp informou à Agência Brasil que, uma vez autorizado o reajuste, a decisão de implantá-lo cabe à Se-

cretaria estadual de Transporte e Mobilidade, que representa o poder concedente.

De acordo com a agência reguladora, o reajuste anual é previsto no contrato de concessão.

“O MetrôRio informa que, conforme previsto no contrato de concessão, apresentou à Agetransp no início de fevereiro, o cálculo do reajuste tarifário com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 meses”, informou a concessionária que opera o sistema metroviário na cidade do Rio.

Mesmo sem reajuste, o metrô carioca tem a tarifa mais cara do país. A concessionária ressaltou que o valor é a chamada tarifa técnica, ou seja, o passageiro que paga o valor “cheio” não conta com nenhuma forma de subsídio do Poder Público.

Há no Rio de Janeiro, no entanto, a tarifa social de R\$ 5, destinada exclusivamente a pessoas com renda mensal declarada de, no máximo, R\$ 3.205,20. Para esses casos, o subsídio é pago pelo governo do estado.

Na reunião que decidiu a autorização do reajuste, a Agetransp recomendou que a Se-

cretaria estadual de Transporte e Mobilidade prorrogue a vigência da tarifa social. A Agência Brasil questionou a secretaria sobre a renovação do subsídio, mas não obteve resposta.

Veja a comparação das tarifas de metrô no país:

Rio de Janeiro: R\$ 7,90, a partir de 12 de abril
Belo Horizonte: R\$ 5,50
Brasília: R\$ 5,50
São Paulo: R\$ 5,20
Porto Alegre: R\$ 4,50
Recife: R\$ 4,25
Salvador: R\$ 4,10
Fortaleza: R\$ 3,60 (Linha Sul)
Teresina: gratuita

PLATAFORMA

Governo Cláudio Castro lança Portal de Dados Abertos

O Governo do Rio de Janeiro criou o Portal de Dados Abertos, um canal que reunirá informações públicas de serviços oferecidos pelo Estado em uma única plataforma. Estarão disponíveis dados de diversos órgãos e secretarias estaduais, como o Instituto de Segurança Pública (ISP), Fundação para a Infância e Adolescência (FIA-RJ), além de informações de diversas áreas, como educação, saúde, entre outras. A ferramenta foi desenvolvida em parceria pela Controladoria Geral do Estado (CGE-RJ), Secretaria de Estado de Transformação Digital e Proderj. Para o governador Cláudio Castro, a plataforma é um avanço no compromisso do Estado com a transparência e a modernização da gestão pública.

O Portal de Dados Abertos reforça nossa responsabilidade com a transparência e a inovação na administração pública. Estamos colocando à disposição da sociedade informações importantes de todo o estado para a construção de políticas públicas mais eficientes e acessíveis – ressaltou o governador. Além de reunir os dados em um único ambiente, e em tempo real, o portal permite que os arquivos sejam extraídos e trabalhados de forma livre.

A criação da plataforma fortalece os pilares da transparência, permitindo que qualquer cidadão acesse e utilize informações de forma aberta e democrática – destacou o controlador-geral do estado, Demétrio Farah. A iniciativa fornece informações que impactam diretamente a sociedade e que poderão contribuir para a construção e aprimoramento de políticas públicas. A plataforma pode ser acessada pelo link: www.rj.gov.br/dadosabertos.

TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ nº 02.032.251/0001-83
 REGULAMENTO INTERNO
 PREÂMBULO

Este REGULAMENTO INTERNO tem por finalidade normalizar e orientar a conduta na empresa Filial 02, estabelecida como “Armazém Geral” denominada TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Hélio Lazzarotti, nº 523, Alto Caiçaras – CEP: 30750-270, com registro na JUCEMG sob NIRE nº 31901398883 em sessão de 18/09/2001, inscrita no CNPJ sob nº 02.032.251/0002-64 e Inscrição Estadual nº 623.948.620.023, para o depósito, conservação e retiradas de mercadorias, bem como, a emissão de títulos especiais e da sala de vendas públicas. Disciplina o funcionamento dos armazéns, em relação ao depositante, a empresa e seus funcionários e a terceiros, em cumprimento ao disposto no Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, em seu Art. 1º alínea “a” e Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, em seu Art. 1º, §1º, inciso I, alíneas a, b, c e d. Art. 1º – A empresa receberá em depósito mercadorias diversas nacionais e estrangeiras nacionalizadas, que não possuem natureza agropecuária. Para a guarda e conservação nos seus armazéns, executando serviços correlatos aos armazéns gerais, podendo manter sala de vendas públicas e emitir recibos, conhecimentos de depósito e “WARRANTS”, de acordo com os usos e costumes do comércio, desde que não contrários à legislação em vigor e nos termos do Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903 e Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI. § Único. Serviços acessórios poderão ser executados desde que possíveis e não contrários às disposições legais. Art. 2º – A empresa recusará o recebimento das mercadorias nos seguintes casos: I) Quando não houver espaço suficiente para armazenagem; e II) Se em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas; III) Pela natureza da mercadoria e os armazéns não estiverem aparelhados para recebê-las e não constar as mesmas das suas tarifas; IV) Se não vier acompanhada da documentação fiscal exigida pela legislação em vigor. Art. 3º – Além das responsabilidades especialmente estabelecidas em Lei, a empresa responde: a) Pela guarda, conservação, pronta e fiel entrega das mercadorias que tiverem recebido em depósito. b) Pela culpa, fraude ou dolo de seus empregados e prepostos e pelos furtos acontecidos dentro dos armazéns. § Único – Cessa a responsabilidade nos casos de avarias ou vícios provenientes da natureza ou acondicionamento das mercadorias e força maior. Art. 4º – A emissão de Warrants e os Seguros serão regidos nos termos do Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. Art. 5º – Condições Gerais: O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns, serão observados pelo uso, costumes e praxe comercial em consonância com a legislação vigente. Os casos omissos ou não previstos neste instrumento serão regulados pelas disposições do Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903 e demais leis vigentes no País, relativas a Armazéns Gerais. Este Regulamento Interno será aplicado na Filial 02, qualificada no preâmbulo deste instrumento, bem como para a Matriz e demais Filiais situadas no Brasil, que vierem requerer suas matrículas como “Armazém Geral”. Belo Horizonte – MG, 27 de agosto de 2024. TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - LUCEN JAMAS JUNIOR - Administrador.

TARIFA REMUNERATÓRIA DE SERVIÇOS

A presente Tarifa Remuneratória de Serviços será praticada pela empresa Filial 02, TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Hélio Lazzarotti, nº 523, Alto Caiçaras – CEP: 30750-270, com registro na JUCEMG sob NIRE nº 31901398883 em sessão de 18/09/2001, inscrita no CNPJ sob nº 02.032.251/0002-64 e Inscrição Estadual nº 623.948.620.023. Matriz e demais Filiais situadas no Brasil, que vierem requerer sua matrícula como “Armazém Geral”. CARGA SECA - A presente Tarifa tem como base o período quinzenal ou fração. Demais serviços e tipos de unidades ou fração de cobrança não constantes nesta tarifa, somente serão praticados mediante o arquivamento da nova tarifa na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e demais Juntas Comerciais nos Estados das Filiais.

ITEM	NATUREZA DOS SERVIÇOS	SERVIÇOS	UNIDADE	FRAÇÃO	PREÇO
1	ARMAZENAMENTO	Armazenagem	m ²		45,00 R\$
			Palete		35,00 R\$
			m ³		35,00 R\$
			Tonelada		35,00 R\$
2	MOVIMENTAÇÃO MECÂNICA	Entradas e Saídas	m ²		20,00 R\$
			Palete		20,00 R\$
			m ³		20,00 R\$
			Tonelada		20,00 R\$
3	MOVIMENTAÇÃO MANUAL	Entradas e Saídas	m ²		40,00 R\$
			m ³		40,00 R\$
4	SERVIÇOS ACESSÓRIOS	Aplicação de Stretch	Palete		30,00 R\$
		Etiquetagem	Etiqueta		0,75 R\$
		Rotulagem	Unidade		0,40 R\$
		Fornecimento de Palete	Palete		80,00 R\$
5	ADMINISTRATIVOS	Ad-Valorem	Valor do Estoque		0,20 %
		Taxa Administrativa	Valor da Fatura		10,00 %
		Emissão de Warrants	Valor de cada Título		5.000,00 R\$

Condições Gerais: Os serviços terão dois faturamentos, todo dia 15 e 30 de cada mês, para pagamento em 10 dias após a emissão da fatura. Belo Horizonte – MG, 27 de agosto de 2024. TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - LUCEN JAMAS JUNIOR - Administrador.
 JUCESP – Certificado o registro sob o nº 327.895/24-0 em 03/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente MEMORIAL DESCRITIVO tem por finalidade detalhar as características da unidade armazenadora da empresa Filial 46, TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, em suas instalações, operações e atividades, conforme Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903 e Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, em seu Art. 1º, §1º, inciso I, alíneas a, b, c e d, e disposições a seguir: **EMPRESA:** TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Ricardo Machado, nº 256, Vasco da Gama – CEP: 20921-270, com registro na JUCERJ sob NIRE nº 33901647923 em sessão de 25/09/2024, inscrita no CNPJ sob nº 02.032.251/0046-85 e Inscrição Estadual nº 15065427. **CAPITAL SOCIAL destacado:** R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais). **CAPACIDADE:** Armazém com pé direito útil de 4 m, e capacidade de armazenagem em área coberta de 570 m² e 2.280 m³. **COMODIDADE:** A unidade armazenadora possui toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades de recepção, armazenagem, carga, descarga e manuseio. Com área de expedição, carga e descarga, recebimento separação e conferência de 80 m². Apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. **CONDIÇÕES DE TRABALHO, HIGIENE E DE ACONDICIONAMENTO:** O armazém e as dependências do escritório possuem instalações apropriadas para o trabalho, higiene, guarda e conservação das mercadorias. **SEGURANÇA:** De acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como, com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. A unidade armazenadora possui sistema de proteção contra incêndio e outros sinistros, sendo 3 hidrantes, 30 extintores (gás-carbônico, espuma e de pó químico seco) de fácil acesso em toda unidade armazenadora interna e externamente. Com 14 reservatórios de água, sendo 8 com capacidade de 2 mil litros, 2 de 3 mil litros 1 de 5 mil litros e 3 de mil litros. Tudo instalado de acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo as normas pertinentes e vigentes e aos produtos propostos a armazenar. **Vigilância própria e terceirizada desarmada,** com monitoramento por 30 câmeras, 24 horas por dia. **NATUREZA DAS MERCADORIAS QUE SE PROPÕE RECEBER EM DEPOSITO:** A empresa se propõe a receber em depósito carga geral e carga seca de mercadorias de terceiros, mercadorias nacionais e estrangeiras nacionalizadas; mercadorias não agropecuárias, não perigosas e não inflamáveis, ou que não necessite de cuidados técnicos especiais. **DO ARMAZENAMENTO DE MERCADORIAS SUJEITAS A CONTROLES ESPECIAIS:** A empresa unidade armazenadora se compromete a obter nos órgãos competentes e específicos as necessárias autorizações e licenças para armazenar os produtos sujeitos a controles especiais. **EQUIPAMENTOS:** 2 Empilhadeiras Elétricas, Marca Hangcha, com capacidade de 2,5 tons, 3 Paletesiras com capacidade de 2,5 tons, 60 posições, porta paletes, com capacidade de 1 ton, 4 Notebook HP Thinkpad Gen2 e 4 Impressoras, multifuncional, marca Brother. **OPERAÇÕES E SERVIÇOS:** A atividade principal da empresa é a de Armazéns Gerais, na guarda e conservação de mercadorias e a emissão de títulos especiais, de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1903. As operações nas dependências do Armazém serão de armazenagem, carga, descarga, separação de mercadorias e emissão de warrants. Rio de Janeiro – RJ, 13 de janeiro de 2025. TELE PERFORMANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - LUCEN JAMAS JUNIOR - Administrador.
 JUCESP – Certificado o registro sob o nº 53.788/25-4 em 12/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

MÁXIMO RECREIO CONDOMÍNIO RESORT, inscrito no CNPJ sob o nº 15.538.418/0001-24, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico – SMDUE, através do processo nº 14/200.667/2011, a renovação de sua Licença Ambiental Municipal de Operação nº 000571/2011, para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Avenida Tim Maia nº 7.495 Lote 18, Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

MÁXIMO RECREIO CONDOMÍNIO RESORT, inscrito no CNPJ sob o nº 15.538.418/0001-24, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico – SMDUE, através do processo nº 14/200.668/2011, a renovação de sua Licença Ambiental Municipal de Operação nº 000570/2011, para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Avenida Tim Maia nº 7.495 Lote 17, Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro.

EÓLICA MANGUE SECO 1

GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 CNPJ 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Fica convocado o acionista da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.643.458/0001-85 (“Companhia”), na forma do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada em 28 de fevereiro de 2025, às 14:00h na sede da Companhia, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, julgado excessivo, com redução do montante de R\$ 2.889.291,89 (dois milhões oitocentos e oitenta e nove mil duzentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos) e o cancelamento de 4.507.595 (quatro milhões quinhentas e sete mil quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do art. 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente restituição ao acionista e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGE.
 Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.
 José Guilherme Cruz Souza
 Presidente do Conselho de Administração

EÓLICA MANGUE SECO 4

GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 CNPJ 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Fica convocado o acionista da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.643.647/0001-58 (“Companhia”), na forma do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada em 28 de fevereiro de 2025, às 15:00h na sede da Companhia, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, julgado excessivo, com redução do montante de R\$ 2.156.336,00 (dois milhões cento e cinquenta e seis mil trezentos e trinta e seis reais) e o cancelamento de 3.361.526 (três milhões trezentos e sessenta e um mil quinhentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do art. 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente restituição ao acionista e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGE.
 Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.
 José Guilherme Cruz Souza
 Presidente do Conselho de Administração

EMISSÃO S.A.

CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2
Edital de Convocação – Ata de Assembleia Geral Ordinária
 Ficam convocados os senhores Acionistas da Emissão S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Ata de Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada no dia 10 de março de 2025, com a primeira convocação às 10:00 horas, e segunda convocação às 10:30 horas de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Assuntos deliberados: Aprovação das contas da Companhia do exercício de 2024 e demais assuntos. Informações gerais: Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail controladoria@emissao.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até às 10:00 horas do dia 07/3/2025). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGO por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGO, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista.
 Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.
 Presidente do Conselho de Administração

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO URBANO FENACRED

CNPJ 04.103.272/0001-78
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL
 O Presidente da FENACRED, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca as 21 Cooperativas filiadas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 12 de março de 2025, em formato semipresencial, sendo o presencial na sede da FENACRED, localizada na Rua Acre 77, salas 601/602 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.081-000, e virtual por meio do aplicativo Google Meet, com o link a ser disponibilizado pela Federação, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação: 1) Em primeira convocação às 09:00 horas com a presença de dois terços das Cooperativas filiadas em condições de votar; 2) Em segunda convocação às 10:00 horas com a presença de metade mais uma das Cooperativas filiadas; 3) Em terceira e última convocação às 11:00 horas com a presença de qualquer número de Cooperativas filiadas. A Assembleia Geral Ordinária deliberará sobre o seguinte: I - Prestação de contas do exercício de 2024 compreendendo o relatório de gestão, balanço, apuração de resultados, parecer do Conselho Fiscal; II - Destinação das sobras; III - Apreciação do orçamento anual e roteiro de despesas; IV - Aplicação do FATES; V - Eleição para o Conselho de Administração; VI - Eleição para o Conselho Fiscal; VII - Aprovação da verba de representação para os ocupantes de cargos estatutários; VIII – Contrato coletivo de auditoria cooperativa para as cooperativas filiadas, referente ao exercício de 2025; IX – Assuntos de interesse geral.
 Rio de Janeiro, RJ, 27 de fevereiro de 2025.
 PAULO MUNIZ BORGES
 PRESIDENTE

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10 - NIRE nº 33.300.033.297

Ata de AGO/AGE realizada em 05/10/2024: Aos 05/10/2024, na sede social, na Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, realizou-se em 1ª convocação, às 11:00hs, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da «Mérito Empreendimentos S.A.», CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10, cuja convocação pelo Diretor Presidente, foi tempestivamente formalizada nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76, para a presente data, através de anúncios inseridos no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição de 25/09/2024, parte V; edição de 26/09/2024, parte V; e, edição de 27/09/2024, parte V, página 3; e, do Jornal Diário do Acionista (RJ), edições de 25/09/2024, página 6; edição de 26/09/2024, pg. 3; e, edição de 27/09/2024, página 3; presentes os acionistas constantes no «Livro de Presença dos Acionistas nº 01», às fls. 17, nos termos do Art. 125 «in fine» da Lei 6.404/76, onde consta a presença da acionista «19 de Novembro Ltda.», detentora do direito de voto referente à 152.000.000 (cento e cinquenta e dois milhões) de Ações Ordinárias nominativas, com direito a voto, sendo o Capital Social atual total da sociedade divididos em 370.442.969 (trezentas e setenta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove) Ações Ordinárias com direito a voto, sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade, sendo 152.000.000 (cento e cinquenta e dois milhões) Ações Ordinárias, e 218.442.969 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove) Ações Preferenciais nominativas, estas com prioridade no resgate e ou reembolso do Capital Social. Presente também o administrador da sociedade Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente, portador da cédula de identidade R.G. nº 3.387.272-SSP SP e do CPF/MF nº 149.766.508-63, nos termos do § 1º do Art. 134 da Lei 6404/76; e Márcio Jorge de Araujo Lopes, Diretor Financeiro, empossado nos termos da AGO/AGE de 24/02/2023, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 2.827.479-9, e CPF nº 108.119.158-91. Assumiu a presidência das Assembleias, nos termos do Estatuto Social, Antonio Barboza Vilhena - presidente da mesa, o qual convidou a mim, Márcio Jorge de Araujo Lopes, acima qualificado, para compor a mesa, secretariando os trabalhos. Assumindo os trabalhos o Sr. Presidente leu a Ata anterior da AGO/AGE realizada em 24/02/2023, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00005419617, em 18/04/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição de 19/05/2023, página Parte V; e no jornal Diário do Acionista (edição Rio de Janeiro) edição de 19/05/2023, página 4, que foi aprovada sem ressalvas. A seguir leu a Ordem do Dia, com o seguinte teor: «Mérito Empreendimentos S.A.» CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 05/10/2024, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Ordinariamente - a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e, b) Extraordinariamente - a) Ratificação dos atos da Diretoria e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e b) discutir outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2024. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente. Aberta a sessão o senhor presidente pela ordem do dia, colocou em pauta o item «a» da AGO, enfatizando que nos termos do «§5º do Art. 133 da Lei 6404/76», foi dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o «caput» do citado artigo. Prosseguindo foi procedida a leitura das Demonstrações Financeiras e Contábeis do Balanço encerrado em 31/12/2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 24/04/2024 - parte V, e no Diário do Acionista-RJ, do dia 23, 24/04/2024 - página 12, e colocada em exame, discussão e votação essas Demonstrações Financeiras e Contábeis do Balanço, as quais foram aprovadas sem ressalvas por unanimidade. Aprovado ainda não se distribuir dividendos, face aos prejuízos apurados, nem se eleger o Conselho Fiscal, por não ser permanente, nem ter havido pedido para a sua instalação. Prosseguindo Extraordinariamente: seguiu-se pela leitura do item «a», sendo aprovado e ratificado todos os atos praticados pela Diretoria para todos os fins de direito, eleitos em AGO/AGE de 24/02/2023, prosseguindo no exercício do cargo, conforme preceituava o §1º do Art. 12 do Estatuto Social, expondo em detalhes os atos praticados, todos no interesse da sociedade, devidamente contabilizados e constante do balanço social encerrado em 31/12/2022, bem como, ratificadas todas alienações e permutas de bens imóveis ou móveis efetivadas pela Diretoria no mesmo período, que igualmente foram objetos de registros contábeis e constantes dos Balanços Sociais do mesmo período. Prosseguindo pelo item «b»: franqueado pelo senhor Presidente a palavra aos acionistas presentes para tratar de outros assuntos de interesse social, e como nada mais houvesse a ser tratado, lavrou-se esta ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelo presidente e demais acionistas presentes. Rio de Janeiro, 05/10/2024. Antonio Barboza Vilhena - Presidente da Mesa; Márcio Jorge de Araujo Lopes – Secretário. Acionistas: 19 de Novembro Ltda. Antonio Barboza Vilhena. Antonio Barboza Vilhena - Presidente da Mesa; Márcio Jorge de Araujo Lopes – Secretário

PAGAMENTOS

Flávio Dino aprova plano do Congresso e libera emendas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou ontem o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas ao Orçamento e os beneficiários dos repasses.

A decisão do ministro também libera o pagamento das emendas deste ano e dos anos anteriores que estavam suspensas por decisões da Corte.

O compromisso do Congresso foi enviado na terça-feira passada ao ministro, que é relator dos processos que tratam das medidas de transparência determinadas pela Corte para o pagamento das emendas.

PLANO DE TRABALHO

Pelo plano de trabalho da Câmara e do Senado, a partir do exercício financeiro deste ano, não será mais possível empenhar emendas sem a identificação de parlamentar que fez a indicação da emenda e da entidade



WILSON DIAS/ABRASIL

de que vai receber os recursos.

Conforme a decisão de Dino, não entram na liberação:

- as emendas específicas para Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor que foram alvo de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU)

- recursos para a Saúde que não estão regularizados em contas bancárias específicas e emendas de bancada

- emendas de bancada e de

comissão que não foram validadas em atas das respectivas comissões e que estejam sem identificação do parlamentar.

A liminar do ministro está valendo, mas vai precisar ser referendada pelo plenário da Corte. A data do julgamento ainda será definida.

ENTENDA

O impasse sobre a liberação das emendas começou em de-

zembro de 2022, quando o STF entendeu que as emendas chamadas de RP8 e RP9 eram inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a decisão continuava em descumprimento.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

Em agosto do ano passado, Dino determinou a suspensão das emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também determinou que a CGU auditasse os repasses dos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto.

No mês passado, Flávio Dino suspendeu emendas parlamentares para ONGs devido à falta de transparência.

SETOR PORTUÁRIO

Luiz Fux arquiva investigação sobre propinas contra Renan

ABRASIL

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O ministro Luiz Fux (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou uma investigação que mirou o senador Renan Calheiros (MDB-AL) por suspeita de receber propinas para atender a interesses do empresário Richard Klien na produção de leis sobre o setor portuário, entre 2012 e 2014. A suposta negociação teria sido mediada por Milton Lyra, apontado pela Polícia Federal em outras investigações como lobista do MDB.

O advogado Luis Henrique Machado, que representa o senador, afirma que "não havia qualquer elemento de prova direto ou indireto que ligasse" Renan Calheiros às suspeitas.

O inquérito aberto na esteira da Operação Lava Jato foi encerrado a pedido do procurador-geral da República Paulo Gonet. Ele argumentou que não foram encontrados "novos elementos relacionados a

Calheiros, deixando as evidências iniciais isoladas nos autos".

"Adicionalmente, diante das informações atualmente disponíveis e decorrentes das diligências já executadas, os indícios iniciais não mais projetam a mesma sombra de gravidade sobre a conduta do investigado, esvaziando a justa causa para continuidade do apuratório contra o parlamentar", justificou Gonet na ocasião.

Quando o Ministério Público comunica o fim de uma investigação, é de praxe que os ministros do STF confirmem o arquivamento. Em sua decisão, Fux afirmou que a manifestação da PGR "não pode ser recusada pelo Supremo Tribunal Federal".

O arquivamento é apenas em relação a Renan Calheiros. O processo deve ser enviado à primeira instância da Justiça Federal em Brasília para a continuidade da investigação em relação a suspeitos sem prerrogativa de foro.

REAÇÃO

Itamaraty rebate Estados Unidos por críticas a decisões do STF

O governo brasileiro divulgou nota ontem em que critica posicionamento dos Estados Unidos contra decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu redes sociais norte-americanas no Brasil.

Mais cedo, o Departamento de Estado norte-americano divulgou mensagem alertando que "bloquear acesso à informação" ou impor multas a empresas dos EUA é "incompatível com liberdade de expressão".

Na nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil diz que o governo recebeu "com surpresa" a manifestação e rejeita, "com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais e ressalta a importância do respeito ao princípio republicano da independência dos poderes, contemplado na Constituição Federal brasileira de 1988".

"A manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive a exigência da consti-

tução de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil. A liberdade de expressão, direito fundamental consagrado no sistema jurídico brasileiro, deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal", diz a nota do Itamaraty.

O ministério ainda cita que o "Estado brasileiro e suas instituições republicanas foram alvo de uma orquestração antidemocrática baseada na desinformação em massa, divulgada em mídias sociais".

"Os fatos envolvendo a tentativa de golpe contra a soberania popular, após as eleições presidenciais de 2022, são objeto de ação em curso no Poder Judiciário brasileiro", completa.

ENTENDA

Em postagem na rede social X, o Departamento de Estado dos EUA argumenta que bloquear o acesso à informação ou impor multas a empresas norte-americanas é "incompatível" com liberdade de expressão.

"O respeito à soberania é

uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil. Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão", diz a mensagem, reproduzida pelo perfil da Embaixada dos EUA no Brasil.

No último dia 21, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da rede social norte-americana Rumble no Brasil. A decisão foi tomada após o ministro constatar que a empresa está sem representante no país.

A suspensão foi feita no processo no qual foi determinada a prisão e a extradição do blogueiro Allan dos Santos, acusado de disseminar ataques aos ministros da Corte. Atualmente, ele mora nos Estados Unidos.

Segundo Moraes, apesar da determinação da suspensão dos perfis nas redes sociais, Allan continua criando novas páginas para continuar o "cometimento

de crimes".

A Rumble e a empresa Trump Media entraram com recurso em uma tribunal da Flórida em que acusaram Moraes de "censurar" as plataformas e suspender contas de usuários. A Justiça dos Estados Unidos negou a liminar.

A Comissão Judiciária da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (EUA) aprovou, nesta quarta-feira (26), um projeto de lei para proibir a entrada no país, além de permitir a deportação, de autoridades estrangeiras que supostamente violem a primeira emenda da Constituição norte-americana, que proíbe limitar a liberdade de expressão.

Entre os motivos para justificar a aprovação da medida, estão a atuação da União Europeia (UE) contra a desinformação nas redes sociais, e o trabalho do ministro Alexandre de Moraes, por determinar a suspensão de contas investigadas por crimes nas redes sociais.

Na prática, a lei pode barrar a entrada de Moraes nos EUA e, inclusive, deportá-lo.

SEGUNDA TURMA

STF garante licença-paternidade só a partir de alta hospitalar

FELIPE PONTES/ABRASIL

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos policiais penais do Distrito Federal (DF) e garantiu o início da contagem da licença-paternidade somente a partir da alta hospitalar do bebê ou da mãe, e não a partir da data de nascimento.

Em outubro de 2022, o plenário já havia decidido que a licença-maternidade somente pode começar a ser contada a partir da alta hospitalar do bebê ou da mãe. Desde então, é a primeira vez que o Supremo estende essa decisão também para a licença-paternidade.

Os cinco ministros que compõem a Segunda Turma julgaram o tema em sessão virtual terminada na última sexta-feira (21). Todos seguiram o voto do relator, André Mendonça.

Os ministros julgaram um recurso do governo do Distrito Federal (DF) contra o Sindicato dos Técnicos Penitenciários do Distrito Federal (Sindpen-DF), que havia obtido vitória na Justiça distrital para garantir o início da licença-paternidade somente a partir da alta hospitalar.

Em decisão colegiada, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) derrubou uma norma do DF que especificava a data de nascimento ou adoção como o termo inicial para a contagem da licença-paternidade.

O Supremo manteve a decisão que derrubou a regra distrital, afirmando que as normas abaixo da Constituição podem regulamentar a licença-paternidade, mas nunca restringir esse direito de modo a desvirtuar seus princípios e objetivos.

A decisão não tem repercussão geral, produzindo efeito somente para o caso dos po-

liciais penais distritais, mas serve como um primeiro precedente do Supremo sobre esse ponto específico.

FUNDAMENTO

O relator aplicou ao caso, por analogia, o mesmo fundamento da decisão do plenário em relação à licença-maternidade. Isto é, que o dever constitucional de proteção à família e à criança supera qualquer necessidade de norma específica sobre o termo inicial da licença-paternidade.

Mendonça destacou o contexto de mudanças sociais e no mercado de trabalho, que ocorrem no Brasil e no mundo, reequilibrando a divisão de responsabilidades entre os membros de um mesmo núcleo familiar. Dessa maneira, há de se garantir que os homens tenham maior participação no cuidado dos filhos.

"Ainda que existam fundamentos biológicos, históricos e, sobretudo, culturais para a diferenciação entre a atuação de um e outro, inclusive com consequências nos prazos das respectivas licenças, é cada vez mais reconhecida no mundo a importância do papel paterno na primeira infância e a necessidade de exigir da figura paterna o exercício de suas responsabilidades pelo cuidado de seus filhos", escreveu o ministro.

Nesse contexto, não se pode exigir que o gozo da licença-paternidade seja contado enquanto o bebê ou a mãe estiverem internados, pois isso limitaria esse direito constitucional e acabaria "por ampliar a desigualdade já existente entre os papéis do homem e da mulher no âmbito do contexto familiar e profissional".

O ministro foi seguido sem ressalvas pelos ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Nunes Marques.

GOLPISTA

Agente da PF é acusado de vazar dados sobre segurança de Lula

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Um áudio obtido pela Polícia Federal (PF) mostra a atuação de um agente da PF acusado de vazar informações sobre a segurança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a transição de governo. O episódio faz parte das investigações da trama golpista organizada durante o governo de Jair Bolsonaro.

O repasse das informações ocorreu no dia 13 de novembro de 2022 pelo agente Wladimir Matos Soares, que fazia parte da equipe externa de segurança responsável pelos arredores do hotel em que Lula estava durante a transição. Soares está preso desde novembro do ano passado.

No dia anterior, Lula foi diplomado como presidente eleito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ocorreram os atentados

contra a sede da PF, em Brasília.

Em uma das conversas, o agente envia um áudio para o militar do Exército Sergio Cordeiro, que estava lotado na Presidência da República. Ele informa que agentes não identificados foram ao hotel de Lula.

"Irmão, estou aqui na coordenação desse evento de posse. Vim para as fixas (posições) dos hotéis. O gerente ligou e disse que esses caras entraram. Está no nome de Misaal essa reserva. Entraram quatro caras que não quiseram se identificar, dizendo ser da Polícia Federal. Eles saíram sem se identificar e eles (hotel) acionaram a gente. A gente fez um levantamento prévio e deu isso aí. Não sei se eles são do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), se tem a ver com o nosso governo atual ou se estão trabalhando para outro.

Eles estão dizendo que são secretos, disseram que estão em missão secreta e não poderiam dizer. A gente não sabe o que é. Estou por aqui, o que precisar, fala aí".

Em seguida, o agente informa ao militar que os agentes são do Comando de Operações Táticas (COT), grupo de elite da PF. Conforme o diálogo, o grupo foi chamado para fazer a segurança do presidente eleito após os atentados registrados na capital federal horas após a diplomacia.

"Fala, Cordeiro. Seguinte, o Mizael é do GSI, sim. Ele está à disposição do candidato Luiz Inácio. Como rolou aquela situação no prédio da Polícia Federal ontem, eles acionaram a equipe do COT. Uma equipe do COT, como uma equipe do Lula estaria no prédio do Meliá, uma

equipe do COT ficou à disposição próxima, eles hospedaram essa equipe do COT no Windsor. Isso aí foi acertado mesmo. Só para você ter essa informação. Estamos aqui na torcida. Essa p...tem que virar logo. Não dá para continuar desse jeito não", completou.

A informação sobre o monitoramento do presidente Lula veio à tona em novembro do ano passado, quando Jair Bolsonaro e mais 39 acusados pela trama golpista foram indiciados pela PF.

Nesta semana, a PF divulgou os áudios que constam na investigação após o ministro Alexandre de Moraes retirar o sigilo da denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao STF contra os acusados por tentativa de golpe de Estado.



GESTÃO TARCÍSIO

Justiça de São Paulo suspende privatização de escolas estaduais

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) suspendeu o Decreto 68.597/2024, do governador Tarcísio de Freitas que autorizava licitação para privatizar a gestão de 33 escolas estaduais.

Segundo a Secretaria de Educação do estado, a Procuradoria-Geral do Estado ainda não foi notificada da decisão, tomada na terça-feira passada. "Assim que isso ocorrer, avaliará a adoção das medidas legais cabíveis", informou a secretaria.

A suspensão foi decidida após pedido do PSOL de São Paulo. Na argumentação, o partido afirma que o decreto viola a Constituição e que a medida afetaria o ensino fundamental II e o ensino médio, nos chamados lotes regionais Leste e Oeste.

O governo estadual pretendia conceder à iniciativa pri-

vada, por um prazo de 25 anos, as atividades de manutenção predial, alimentação escolar, jardinagem, limpeza e segurança. A parte pedagógica seguiria sob gestão direta do estado.

"O decreto viola diversos dispositivos constitucionais, comprometendo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, além de precarizar direitos de servidores e priorizar interesses privados em detrimento do interesse público", diz, no despacho, a relatora do processo, Marcia Dalla Déa Barone.

"Os alicerces fundamentais da educação brasileira são estabelecidos pela União Federal e, entre eles, não se encontra a possibilidade de terceirização da gestão do ensino público à iniciativa privada", acrescenta a relatora na decisão.

SANTOS-GUARUJÁ

TCU dispensa análise sobre projeto de túnel

LUIZ ARAÚJO, WESLEY GALZO E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, por unanimidade, abrir mão da análise prévia sobre a construção do túnel Santos-Guarujá, dando sinal verde para a continuidade do processo de contratação liderado por projeto estadual aprovado em São Paulo.

O relator do processo, ministro Bruno Dantas, discorda da análise de técnicos do TCU que haviam apontado que o projeto dependia de análise, por receber aporte federal. Contudo, Dantas disse que o projeto é estadual, sem vínculos que obrigam a análise.

O Estadão apurou que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se envolveu pessoalmente nas tratativas com os ministros da Corte de Contas para obter a decisão nos moldes desejados pelo estado.

Segundo interlocutores do TCU, o Palácio do Planalto também ajudou a viabilizar esse entendimento, que permite, por exemplo, que o edital de concessão do túnel seja realizado hoje. O presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, disse que a dispensa permite ganhar até um ano de celeridade.

O ministro Bruno Dantas disse que cabe ao Tribunal deferência à solução negociada entre a União e o estado de São Paulo. "Veja-se que o convênio não afastou a competência da União. Pelo contrário, foi exatamente o instrumento que a

atraiu", disse o ministro ao destacar que, fosse apenas estadual, o projeto não seria fiscalizado pelo TCU.

A dispensa de análise prévia não se estende para o controle externo do TCU sobre a aplicação de recursos públicos da União.

O projeto do túnel imerso ligando os municípios será executado por meio de parceria público-privada (PPP), com valor de investimento estimado em R\$ 5,96 bilhões. Desse valor, R\$ 5,13 bilhões serão divididos entre os governos de SP e o federal. O restante será da concessionária que vencer o leilão previsto para ser realizado em agosto. A futura empresa será responsável pela construção, operação e manutenção do ativo.

Incluído no Novo PAC, o túnel será a maior obra do programa federal. Atualmente, mais de 21 mil veículos cruzam diariamente as duas margens utilizando balsas e catraias, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres. Com a nova estrutura, a travessia será feita em poucos minutos, reduzindo filas e otimizando o fluxo logístico do Porto de Santos.

Toda a estrutura terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros submersa. Haverá três faixas de rolamento por sentido, com uma delas para a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O túnel também terá acesso para travessia de pedestres e ciclistas. A previsão é de que as obras sejam iniciadas ainda neste ano.

OPERAÇÃO

Frota de veículos de golpistas é apreendida

RENATA OKUMURA/AE

Policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), da Polícia Civil de São Paulo, apreenderam 28 carros e sete motos na terça-feira, durante uma operação nos municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista, na Grande São Paulo.

Conforme o Deic, a frota de veículos está relacionada a apuração de associação criminosa e estelionato. "Os automóveis eram obtidos e vendidos utilizando fraude na documentação. Os levantamentos apontam a possibilidade de envolvimento de funcionário

do cartório no esquema."

A operação policial foi conduzida por agentes da 2ª Delegacia da Disccept (Investigações sobre Crimes de Intervenção Estratégica), sendo desvendada a estratégia dos participantes no crime.

"Eles simulavam as intermediações da venda de veículos dos verdadeiros proprietários. Os criminosos negociavam e recebiam o pagamento. A documentação de venda era feita utilizando uma falsificação dos proprietários originais. Para autenticar a falsificação, era usado o serviço da funcionária do cartório", explicou o Deic.

REUNIÃO DE SHERPAS

Prioridades do Brics no Brasil serão paz e meio ambiente

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que as ações dos países do Brics visam reduzir as assimetrias nas relações internacionais. Para Lula, as prioridades do Brasil na presidência do bloco servirão para avançar em agendas já amplamente discutidas, como a paz e a preservação do meio ambiente, e propor debates sobre novos desafios, como a inteligência artificial.

"Neste momento de crise, nossa responsabilidade histórica é buscar soluções construtivas e equilibradas", disse.

"Os Brics também continuarão a ser peça-chave para que os ideais da Agenda 2030, do Acordo de Paris e do Pacto para o Futuro possam ser cumpridos. A presidência brasileira vai reforçar a vocação do bloco como espaço de diversidade e diálogo em prol de um mundo multipolar e de relações menos assimétricas", reforçou.

As declarações de Lula foram feitas em participação de sessão da Primeira Reunião de Sherpas da Presidência Brasileira do Brics, bloco de 11 países liderado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O evento em Brasília serviu para apresentar as prioridades brasileiras no comando do grupo, que são:

- cooperação em saúde global;
- financiamento de ações de

combate à mudança do clima;

- comércio, investimento e finanças;
- uso de moedas locais em operações financeiras;
- governança da inteligência artificial;
- desenvolvimento institucional do Brics.

URGÊNCIAS

Para Lula, a cooperação em saúde é uma das maiores urgências do Sul Global. Ele destacou que será lançado um mecanismo de defesa da saúde mundial e lembrou que as experiências anteriores, como a pandemia de Covid-19, devem resultar em ensinamentos para os países.

"A pobreza, a falta de acesso a serviços básicos e a exclusão social são o terreno fértil para doenças como tuberculose, malária e dengue e outras que, juntas, ameaçam cerca de 1 bilhão e 700 milhões de pessoas no mundo. Durante a nossa presidência, pretendemos lançar uma parceria para a eliminação de doenças socialmente determinadas e doenças tropicais negligenciadas", afirmou Lula.

"A ausência de acordo em torno do tratado sobre pandemias, mesmo após o Covid-19 e a pandemia Mpox, atesta a falta de coesão da comunidade internacional diante de graves ameaças. Sabotar os trabalhos da Organização Mundial da Saúde (OMS) é um erro com sérias consequências", ressaltou.

Além da saúde, Lula comentou brevemente sobre cada uma das prioridades do Brasil no Brics, entre elas o uso de moedas locais em operações financeiras relacionadas ao comércio e investimentos dos países-membros do grupo. O objetivo é reduzir os custos de operações comerciais-financeiras das nações em desenvolvimento.

"A atual escalada protecionista na área de comércio e investimentos reforça a importância de medidas que busquem superar os entraves à nossa integração econômica. Aumentar as opções de pagamento significa reduzir vulnerabilidades e custos. A presidência brasileira está comprometida com o desenvolvimento de plataformas de pagamento complementares, voluntárias, acessíveis, transparentes e seguras", garantiu.

O presidente ainda ressaltou que, ao mesmo tempo que a inteligência artificial oferece oportunidades extraordinárias também traz desafios éticos, sociais e econômicos. Nesse sentido o Brasil está propondo a Declaração de Líderes sobre Governança da Inteligência Artificial para o Desenvolvimento.

"Essa tecnologia não pode se tornar monopólio de poucos países e poucas empresas. Grandes corporações não têm o direito de silenciar e desestabilizar nações inteiras com desinformação. Mitigar os riscos e distribuir os benefícios da revolução digi-

tal é uma responsabilidade compartilhada", disse Lula.

Para o presidente, o Brics "precisa tomar para si" a tarefa de recolocar o Estado no centro dos debates para uma governança "justa e equitativa" dessa tecnologia, sob o amparo das Nações Unidas.

"Qualquer tentativa de desenvolvimento econômico hoje passa pela inteligência artificial. Não podemos permitir que a distribuição desigual dessa tecnologia deixe o Sul Global à margem", afirmou.

NEGOCIAÇÕES

Os sherpas são os negociadores enviados pelos países integrantes do Brics com a responsabilidade de conduzir as discussões que culminarão com a Cúpula de Líderes, agendada para os dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. A reunião de sherpas é presidida pelo embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores e sherpa do Brasil no Brics.

Na sessão especial com o presidente Lula, além dos representantes de países-membros do Brics - Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã -, participaram embaixadores de países parceiros - Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

EUA

Governo Trump visa demissões em massa e pede planos para agências

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O Escritório de Administração e Orçamento dos Estados Unidos e o Escritório de Gestão de Pessoal solicitaram de maneira conjunta que as agências federais enviem "planos de reorganização" e se preparem

para iniciar demissões em larga escala, a pedidos do presidente do país, Donald Trump, segundo memorando divulgado ontem.

No documento, é mencionado que o governo federal é "caro, ineficiente e profundamente dividido" e não está produzindo

resultados, o que exige que a medida seja colocada em prática. "O dinheiro dos impostos está sendo desviado para financiar programas improdutivos e desnecessários que beneficiam grupos de interesse radicais enquanto prejudicam cidadãos americanos trabalhadores", jus-

tifica a nota.

O comunicado cita que o Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês) instruiu as agências a "eliminar o desperdício e o inchaço" dos trabalhadores, como parte da "transformação crítica da burocracia federal".

CHICAGO

Avião é obrigado a arremeter para evitar colisão com jato que cruzava a pista

Os pilotos de um voo da Southwest Airlines que tentavam pousar no Aeroporto Midway, em Chicago nos Estados Unidos, foram forçados a subir de volta ao céu para evitar outra aeronave que cruzava a pista na manhã de terça-feira passada.

Um vídeo da câmera do aeroporto postado no X mostra o avião da Southwest se aproximando da pista pouco antes das 9h, horário local, antes de arremeter abruptamente. Um jato menor é visto cruzando a pista que a aeronave de passageiros deveria usar.

O voo Southwest 2504 pousou com segurança "depois que a tripulação realizou uma arremetida preventiva para evitar um possível conflito com outra aeronave que entrou na pista", disse um porta-voz da companhia aérea em um e-mail. "A tripulação seguiu os procedimentos de segurança, e o voo pousou sem incidentes."

"Suas instruções foram para aguarde"

Uma gravação de áudio da comunicação entre o jato menor e a torre de controle registrou o piloto errando as instruções de um funcionário da torre de solo, que repetiu que o piloto deveria "aguardar antes" da pista. Cerca de 30 segundos depois, a torre or-

denou que o piloto "mantivesse sua posição." Em seguida, o controlador disse: "Flexjet560, suas instruções foram para aguardar antes da pista 31 central".

Separadamente, uma gravação da comunicação entre a tripulação da Southwest e outro funcionário da torre de controle capturou o piloto relatando: "Southwest 2504 arremetendo" e seguindo as instruções para subir de volta a 3.000 pés. Segundos depois, o piloto perguntou à torre: "Southwest 2504, como isso aconteceu?"

O segundo avião, descrito como um jato executivo, entrou na pista sem autorização, segundo a Administração Federal de Aviação (FAA). A Flexjet, dona da aeronave, afirmou estar ciente do ocorrido em Chicago.

"Flexjet segue os mais altos padrões de segurança e estamos conduzindo uma investigação minuciosa", disse um porta-voz em comunicado. "Qualquer ação necessária para garantir os mais altos padrões de segurança será tomada." Tanto a FAA quanto o Conselho Nacional de Segurança (FAA). A Flexjet, dona da aeronave, afirmou estar ciente do ocorrido em Chicago.

"Flexjet segue os mais altos padrões de segurança e estamos conduzindo uma investigação minuciosa", disse um porta-voz em comunicado. "Qualquer ação necessária para garantir os mais altos padrões de segurança será tomada." Tanto a FAA quanto o Conselho Nacional de Segurança (NTSB) afirmaram estar investigando o incidente.

"A tripulação estava distraída?"

O voo da Southwest partiu de

Omaha, Nebraska, com destino ao Aeroporto Midway, segundo o site FlightAware. O áudio do controle de tráfego aéreo deixa claro que o jato executivo não seguiu a instrução clara de não cruzar a pista, afirmou Jeff Guzzetti, ex-membro do NTSB e ex-investigador da FAA.

Guzzetti classificou o caso como uma "incursão de pista muito grave", mas acrescentou: "no entanto, o céu não está caindo, pois o ano passado registrou o menor número de incursões graves em uma década". Em 2023, ocorreram 22 desses eventos, mas apenas sete em 2024, segundo dados da FAA. Diversos fatores podem contribuir para esses incidentes, disse Guzzetti: "A tripulação estava distraída? O controlador estava sobrecarregado?"

O Secretário de Transportes dos EUA, Sean Duffy, afirmou na tarde de terça-feira no X que, enquanto NTSB e FAA investigam, uma coisa está clara: "É imperativo que os pilotos sigam as instruções dos controladores de tráfego aéreo. Se não o fizerem, suas licenças serão revogadas".

John Goglia, ex-membro do NTSB, disse que o quase acidente mostrou que "o sistema funcionou exatamente como foi projetado". Isso porque o piloto

da Southwest percebeu que o outro avião não pararia a tempo, afirmou.

Os investigadores provavelmente examinarão fatores como a equipe presente na torre de controle e se as instruções foram claras. "Essas coisas acontecem", disse ele, mencionando possíveis falhas de comunicação, como um piloto ouvindo errado as instruções.

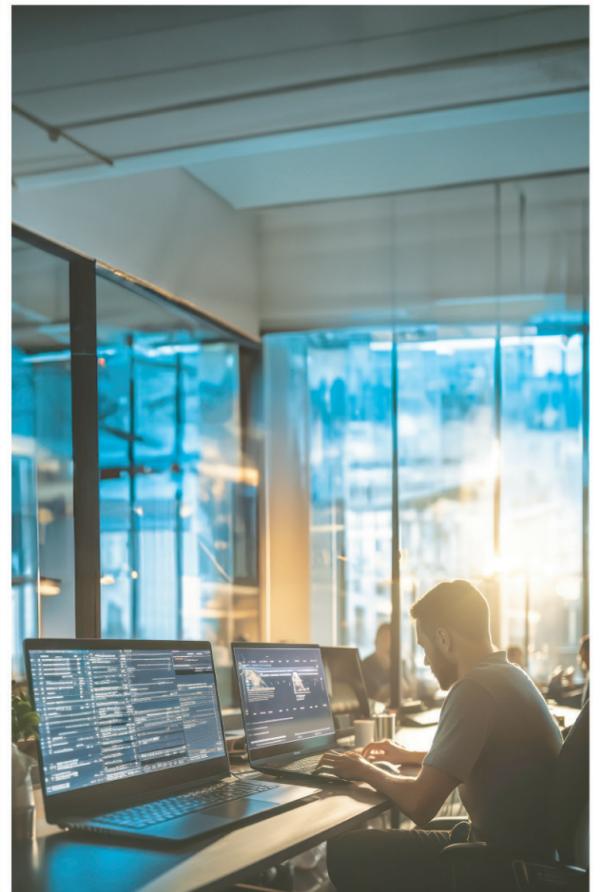
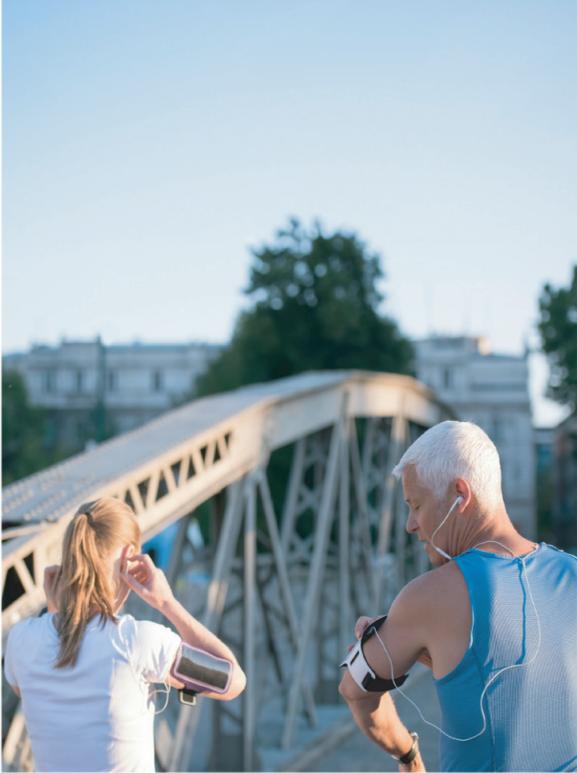
Nas últimas semanas, quatro grandes desastres aéreos ocorreram na América do Norte, incluindo:

- 6 de fevereiro: Queda de um avião comercial no Alasca, matando todas as 10 pessoas a bordo.

- 26 de janeiro: Colisão aérea entre um helicóptero do Exército e um voo da American Airlines no Aeroporto Nacional Ronald Reagan, em Washington, matando todas as 67 pessoas a bordo.

- 31 de janeiro: Queda de um jato de transporte médico em um bairro da Filadélfia, matando sete pessoas, incluindo uma criança paciente, sua mãe e quatro tripulantes.

- 17 de fevereiro: Um voo da Delta tombou e pousou de cabeça para baixo no Aeroporto Pearson em Toronto, deixando 21 feridos.



SCOR

The Art & Science of Risk

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes Atuariais da SCOR Brasil Resseguros S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia

A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("SCOR Brasil"), empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais.

O Grupo SCOR é a sexta maior resseguradora do mundo em 2024 atendendo mais de 5.200 clientes. Como líder global em resseguros, a SCOR oferece a seus clientes uma diversificada e inovadora gama de soluções em seguros e resseguros e serviços de controle e gerenciamento de riscos. A Companhia usa sua reconhecida experiência no setor para atender seus clientes e contribuir para o bem-estar e a resiliência da sociedade.

O Grupo SCOR possui também autorizações para operar no Brasil através de resseguradora admitida e seguradora.

Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (a) 5% para a reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do Capital Social; (b) 5%, no mínimo, ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores; e (c) o lucro que não for destinado na forma dos itens (a) e (b) seja distribuído de acordo com o que for decidido pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável.

Plano Estratégico: 2026 Forward

Em setembro de 2023, no Investor Day em Paris, o Grupo SCOR apresentou seu plano estratégico para 2024-2026, "2026 Forward".

O plano estratégico estabeleceu algumas metas ambiciosas e igualmente ponderadas ao longo da sua duração buscando: crescimento do valor econômico e índice de solvência na faixa de 185% a 220%.

A SCOR impulsionará a criação de valores para seus acionistas, clientes, funcionários e para a sociedade como um todo. O Grupo SCOR mantém o controle por apetite ao risco controlado e uma subscrição disciplinada à medida que aproveita as oportunidades de negócios criadas pelas condições favoráveis do mercado, alimentando seu crescimento e diversificando suas carteiras de P&C (Property and Casualty) e L&H (Life and Health).

"2026 Forward", combinará a arte e a ciência do risco para proteger as sociedades, ao mesmo tempo que manterá firmemente a sustentabilidade no centro do coração do Grupo SCOR, *raison d'être*.

Resultado do exercício

A Companhia encerrou o ano de 2024 com um lucro líquido de R\$ 30,5 milhões (R\$ 20,7 milhões em 2023), crescimento de 47,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa performance deveu-se, principalmente, pela redução nos sinistros ocorridos em 26,2% e pelo aumento de 17,6% no resultado financeiro em comparação ao exercício anterior. Assim, mantivemos a estratégia de diversificação das carteiras assim como melhora na sinistralidade na operação de resseguro e no resultado financeiro.

Ainda, nosso índice de sinistralidade foi de 72,2% (84,3% em 2023) enquanto nosso índice de comissionamento de foi de 32,0% (28,5% em 2023). Nossas despesas administrativas apresentaram um leve crescimento de 4,8% em relação ao exercício anterior, saindo de R\$ 24,4 milhões em 2023 e finalizando em R\$ 25,5 milhões em 2024.

Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Dez-2024	Dez-2023
ATIVO		1.092.995	1.087.464
Circulante		60.935	21.154
Disponível	5	43.205	13.429
Caixa e Bancos		17.730	7.725
Equivalente de Caixa			
Aplicações	6	211.624	274.989
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	416.523	375.326
Operações com Seguradoras		391.581	352.846
Operações com Resseguradoras		24.942	22.480
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	373.982	396.924
Títulos e Créditos a Receber		16.206	11.426
Títulos e Créditos a Receber		2.847	927
Créditos Tributários e Previdenciários	9	12.249	10.091
Outros Créditos		1.110	408
Despesas Antecipadas		-	38
Custos de Aquisição Diferidos	10	13.725	7.607
Resseguros		13.725	7.607
Ativo não Circulante		369.397	231.278
Realizável a Longo Prazo		367.565	229.218
Aplicações	6	241.454	107.961
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	3.507	41
Operações com Seguradoras		3.507	41
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	107.683	107.851
Títulos e Créditos a Receber	9	14.627	12.751
Créditos Tributários e Previdenciários		14.627	12.751
Outros Valores e Bens		294	614
Ativos de Direito de Uso		294	614
Imobilizado	11	1.832	2.056
Bens Móveis		1.832	2.056
Intangível	11	-	4
Outros Intangíveis		-	4
TOTAL DO ATIVO		1.462.392	1.318.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital Social	Re-serva Legal	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	100.000	1.676	26.734	(2.263)	(10.079)	116.068
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	20.670	20.670
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	4.346	-	4.346
Reserva Legal	-	530	-	-	(530)	-
Reservas Estatutárias	-	-	9.558	-	(9.558)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(503)	(503)
Em 31 de dezembro de 2023	100.000	2.206	36.292	2.083	-	140.581
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	30.508	30.508
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(12.813)	-	(12.813)
Reserva Legal	-	1.526	-	-	(1.526)	-
Reservas Estatutárias	-	-	3.982	-	(3.982)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Antecipação de Dividendos	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Em 31 de dezembro de 2024	100.000	3.732	40.274	(10.730)	-	133.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014 e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para funcionamento, tendo assim iniciado suas operações a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, 15º andar, sala 1501, Centro, CEP 20091-007, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua James Joule, nº 65, 7º andar, Cidade Monções, CEP 04576-080, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da SCOR Brasil é de 100% da SCOR Brasil Participações Ltda. A Companhia tem autorização da SUSEP para operar com resseguro e retrocessão em todos os grupos e em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **b. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **d. Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros e revisadas periodicamente. Alterações relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e para as quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a. Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguro e provisões técnicas (notas explicativas 7.8, 12 e 14);** **b. Provisões Técnicas - Resseguradoras (nota explicativa 3.g);** **c. Teste de adequação dos passivos (nota explicativa 3.h);** e **d. Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar (nota explicativa 7).** **Provisão para contingências (nota explicativa 23);** e **Segregação entre circulante e não circulante:** - A Companhia efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: **a.** Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); **b.** Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **3. Principais Políticas Contábeis Materiais** **Informação de políticas contábeis materiais:** O Grupo SCOR adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis de alta liquidez, compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. **b. Reco-**

Conjuntura Econômica

A economia do Brasil em 2024 foi marcada por um desenvolvimento maior do que o esperado do seu Produto Interno Bruto - PIB, com desemprego nas mínimas históricas. Houve medidas de contenção de gastos que não animaram o mercado e crescimento das desconfinanças com a política fiscal, que refletiram na forte desvalorização do real.

PIB: As projeções indicam que o PIB em 2024 vai fechar positivo por volta de 3,5% (3,1% em 2023), principalmente impulsionado por um baixo desemprego, altos benefícios sociais e vasto oferecimento de crédito. O aumento dos gastos federais gerou também acelerado crescimento, contudo não tão sustentável a longo prazo, criando um déficit nominal considerável e aumentos na inflação e nas taxas de juros.

IPCA: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) fechou o ano de 2024 com variação acumulada de 4,71%, de acordo com dados do IBGE publicados.

SELIC: Em suma, 2024 foi marcado por um aumento dos juros nos últimos meses do ano. A taxa teve sua mínima de 10,50% a.a. em maio, permanecendo nesta faixa até setembro, quando voltaram novamente as altas na Selic. O avanço foi mantido em todas as reuniões desde então, e a Selic encerrou 2024 no patamar de 12,25% (11,75% em dezembro de 2023). Novas altas já estão sendo esperadas para o ano de 2025, com mercado vendo os juros com pico de 14,75%.

Real: Em 2024 houve também, no Brasil, uma forte desvalorização do real em relação ao dólar. A moeda norte-americana atingiu as máximas históricas em novembro de 2024, após a apresentação conjunta pelo governo federal do pacote de corte de gastos com a isenção do Imposto de Renda. O desempenho fez a moeda encerra o exercício valendo R\$ 6,19 (R\$ 4,84 em dezembro de 2023).

Mercado de trabalho: O mercado de trabalho teve destaque positivo na pauta econômica do país em 2024, com queda do desemprego em patamares históricos.

Perspectivas

O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter uma política prudente de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, efetuar controle efetivo das despesas administrativas focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global.

Outras Informações

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da SCOR SE (Paris-França).

Em 2024 a SCOR Brasil Participações incorporou a empresa "M&S Brazil Participações Ltda", passando assim a deter 100% das ações da SCOR Brasil Resseguros S.A., conforme documentado na 18ª alteração de Contrato Social da SCOR Brasil Participações Ltda.

Agradecimentos

A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, bem como a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à Companhia. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Dez-2024	Dez-2023
Lucro Líquido do exercício	30.508	20.670
Varição no valor justo de ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	(21.356)	(7.304)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado abrangente	8.543	2.958
Resultado abrangente	(12.813)	(4.346)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	17.695	16.324
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Dez-2024	Dez-2023
Lucro Líquido do Exercício	30.508	20.670
Ajustes de itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	470	377
Perda por Redução ao Valor Recuperável	916	2.495
Provisões Técnicas Líquidas de Ativos de Retrocessão	10.824	150.240
Ativos de Direito de Uso	320	444
Lucro líquido do Exercício, ajustado	43.038	174.226
Variação nas Contas Patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	(81.527)	(75.589)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(45.579)	708.220
Títulos e Créditos a Receber	(1.413)	1.213
Ativos de Resseguro e Retrocessão	12.286	373.519
Créditos Tributários e Previdenciários	10.964	16.827
Despesas Antecipadas	38	16
Custo de Aquisição Diferido	(6.118)	-
Outros Ativos	(2.623)	198
Impostos e Contribuições	3.914	11.108
Outras Contas a Pagar	7.651	3.781
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	84.392	(809.439)
Depósitos de Terceiros	(1.790)	(13.827)
Provisões Técnicas - Resseguradoras	37.566	(377.366)
Caixa Gerado pelas Atividades	60.799	133.087
Impostos sobre lucros pagos	(14.999)	(9.319)
Pagamentos da parcela dos juros - passivo de arrendamento	(1.211)	(194)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	45.679	3.574
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(241)	(647)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(241)	(647)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos da parcela do principal - passivo de arrendamento	(657)	(426)
Dividendos pagos	(5.000)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(5.657)	(426)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	39.781	2.501
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	21.154	18.653
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	60.935	21.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Dez-2024	Dez-2023
Prêmios Emitidos	17.a	628.778	595.401
(+/-) Variações das Provisões Técnicas		(30.623)	98.325
(=) Prêmios Ganhos		598.155	693.726
(-) Sinistros Ocorridos	17.b	(431.670)	(584.959)
(-) Custos de Aquisição	17.c	(12.676)	(7.301)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		8.416	1.624
(+) Resultado com Retrocessão	17.d	(115.993)	(69.818)
(-) Despesas Administrativas	17.e	(25.575)	(24.408)
(-) Despesas com Tributos	17.f	(16.298)	(13.935)
(+) Resultado Financeiro	17.g	46.735	39.750
(+) Receitas Financeiras		46.856	40.765
(-) Despesas Financeiras		(121)	(1.015)
(=) Resultado Operacional		51.094	34.679
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações		51.094	34.679
(-) Imposto de Renda	18	(12.678)	(8.578)
(-) Contribuição Social	18	(7.621)	(5.162)
(-) Participações sobre o Lucro		(287)	(269)
(=) Lucro Líquido do exercício		30.508	20.670
(f) Quantidade de Ações		100.000	100.000
(=) Lucro Líquido por ação - em R\$		305,08	206,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

h. Inecisão e mensuração de ativos financeiros: A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial deve ser feita com base; a) no modelo de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; e b) nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras se tornam vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **i. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:** **i. Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo, sendo que seu resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **ii. Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado. **Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. **c. Prêmios de resseguros e custo de aquisição diferidos:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (*Estimate Premium Income - EPI*), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do



SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

2/4

do a Resseguradora participar da ação judicial. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não tomou conhecimento de envolvimento em processos judiciais. iv. **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** A provisão é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. As estimativas atuariais do IBNR são baseadas nos métodos da sinistralidade de inicial esperada (SIE), do desenvolvimento de sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se a sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos sinistros vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. Os padrões de desenvolvimento de sinistros são determinados com base em negócios de características semelhantes onde o Grupo SCOR possui experiência por mais tempo. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por grupo contábil e ano. Estas premissas podem ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. Em situações específicas, como em caso de catástrofes, o valor da provisão refletirá a melhor estimativa final da Resseguradora. A provisão de IBNR pode ser segmentada em IBNYR (parcela relativa a casos ainda não avisados) e IBNER (parcela relativa à deficiência da PSL para casos já avisados). Estas parcelas são chamadas na Circular SUSEP nº 648/21, de IBNR e IBNER, respectivamente. A referida Circular diz que a PSL deve contemplar, quando necessário, ajuste de IBNER. Devido às limitações no tipo de informação disponível em resseguro, é difícil separar os componentes IBNR e IBNER. A Companhia estima a provisão de IBNR em base total e o IBNER é contemplado na IBNR. v. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia deve adotar a PDR para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foi identificada necessidade de constituição de PDR. vi. **Outras provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):** h. É constituída para garantir pagamentos de excedentes decorrentes de superávit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas de contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos. **Teste de Adequação de Passivos (TAP):** O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de verificar a adequação dos passivos de resseguro, líquidos dos custos de aquisição diferidos e eventuais ativos intangíveis relacionados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A administração da Companhia utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa de prêmios futuros de contratos proporcionais vigentes, sinistros, despesas administrativas, impostos e outras receitas e despesas operacionais. Qualquer deficiência é contabilizada como uma provisão no passivo ou tendo contrapartida no resultado. Para este teste, os contratos foram agrupados por grupo contábil, a fim de possibilitar a utilização das premissas de sinistralidade esperada, padrões de pagamento de sinistros e despesas que foram baseadas na experiência local e nos resultados da análise da IBNR. De acordo com a Circular SUSEP vigente, as sinistralidades utilizadas consideram até os últimos cinco anos de experiência da Resseguradora. Como a Resseguradora opera apenas com riscos no regime financeiro de reparação simples, premissas de tábuas de mortalidade e taxas de juros contratadas de ativos e passivos não são adotadas. Foram projetados os fluxos associados com os passivos atuariais brutos de retrocessão nos segmentos de riscos operados e trazidos a valor presente considerando a projeção de taxa a termo de juros livre de risco. Na avaliação dos passivos atuariais, foram contempladas as receitas e despesas esperadas com a carteira em vigor bruta de retrocessão. Os resultados parciais gerados a partir desse cálculo serão compensados, a fim de assegurar a conformidade com as diretrizes estabelecidas para o reconhecimento e apuração de resultados. Os passivos atuariais foram comparados com as provisões técnicas constituídas e não foi identificada necessidade de ajuste nas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxas de juros livre de risco pré-fixada e de cupom cambial, disponibilizadas pela SUSEP, conforme especificação do contrato de resseguro.

Grupo	Sinistralidade projetada (varia conforme o grupo contábil/ano)
Patrimonial	61,02%
Responsabilidades	31,54%
Automóvel	70,93%
Transportes	64,56%
Riscos Financeiros	28,73%
Pessoas Coletivo	83,04%
Rural	de 58,54% a 114,02%
Marítimos	55,20%
Aeronáuticos	55,88%
Riscos Especiais	10,91%
Outros	22,93%

i. **Contingências ativas e passivas:** As contingências passivas são identificadas por uma obrigação presente resultante de um evento passado, e são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. As provisões são contabilizadas quando há uma expectativa de perda "provável" em cada processo. Para processo com expectativa de perda "remota" ou "possível" não é registrada provisão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa. Porém, a divulgação é requerida, conforme CPC 25, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. j. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. k. **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. l. **Reconhecimento de prêmio emitido de contrato de resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de vigência do risco das respectivas apólices. ii. **Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado), são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. iii. **Despesas com sinistros:** As despesas com sinistros são reconhecidas em contrapartida à Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL), com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. iv. **Depreciação:** A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: 10% para móveis, máquinas e equipamentos; e 20% para hardwares e softwares. 4. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** a. **Estrutura de Gestão de Risco - EGR:** A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento de seus principais riscos. O Gestor de Riscos da Companhia é responsável por supervisionar continuamente essa estrutura, cabendo à Diretoria e ao Conselho de Administração zelar pela sua adequação. A Estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao Sistema de Controles Internos da Companhia, garantindo o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção a fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A área de Controles Internos da Companhia realiza revisões periódicas dos processos e seus controles-chave, enquanto a área de Compliance monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Companhia, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais. b. **Gestão de Riscos de Resseguro:** A Companhia oferece no mercado segurador brasileiro coberturas de resseguros para as carteiras de todos os ramos. Os canais de distribuição compreendem a intermediação de corretores de resseguros, bem como a negociação direta com as seguradoras. Os contratos de resseguros proporcionais (cota-parte e excedente de responsabilidades) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes. Já os contratos de resseguros não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento, ou por "stop loss") compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada. **Concentração de Riscos:** Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo.

Grupo de Ramos	Descrição	Dez-2024	Dez-2023
1	Patrimonial	227.495	142.977
3	Responsabilidades	1.064	15.297
5	Automóvel	99.846	159.306
6	Transportes	1.752	1.230
7	Riscos Financeiros	52.565	49.471
9	Pessoas Coletivo	64.762	30.788
11	Rural	166.195	169.808
14	Marítimos	10.947	20.347
17	Riscos Especiais	1.727	2.224
-	Outros (*)	2.425	3.953
Total de prêmios emitidos de resseguro		628.778	595.401

(*) Substancialmente composto pelos ramos de Pessoas Individual e Aeronáutico. Resultados da análise de sensibilidade: Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teria sido afetado caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 126, inciso XI da Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações posteriores, a análise de sensibilidade foi realizada com base nos cálculos e premissas do teste de adequação de passivos, e aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos da Companhia. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente dos testes de sensibilidade estão apresentados abaixo:

Base TAP	Impacto no patrimônio líquido/ resultado		Impacto (%)
	Valor	Dez-2024	
Aumento 5% Sinistralidade	737.546	(16.724)	-2,2%
Redução 5% Sinistralidade	720.882	16.724	2,3%
Aumento 5% Taxa de Desconto	730.964	6.581	0,9%
Redução 5% Taxa de Desconto	744.317	(6.771)	-0,9%

Base TAP	Impacto no patrimônio líquido/ resultado		Impacto (%)
	Valor	Dez-2023	
Aumento 5% Sinistralidade	825.785	(19.686)	-2,4%
Redução 5% Sinistralidade	786.532	19.567	2,4%
Aumento 5% Taxa de Desconto	801.122	4.978	0,6%
Redução 5% Taxa de Desconto	811.183	(5.084)	-0,6%

c. **Gestão de Riscos de Subscrição:** A Companhia adota a política de subscrição

do Grupo SCOR, que determina princípios, critérios gerais de subscrição, condições específicas por segmento de negócio, exclusões básicas, limites de aceitação e autoridades. A política também define os papéis e responsabilidades de cada área envolvida no processo de subscrição. Para a análise dos riscos, a área de Subscrição da Companhia avalia um conjunto de fatores, incluindo, mas não se limitando ao tipo de risco a ser assumido, o ramo, a avaliação atuarial da adequação do prêmio e a exposição que o contrato agrega à carteira da Companhia. Também são avaliados a subscrição técnica, os resultados técnicos e a condição financeira da cedente. d. **Retrocessão:** A Companhia utiliza a aquisição de retrocessão para suportar suas operações de subscrição e gerenciar sua retenção por risco e por evento ante uma ocorrência. A cobertura de retrocessão é adquirida de acordo com o tipo de riscos assumidos. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem a redução da exposição, a proteção contra riscos catastróficos, a proteção contra a perda de capital inesperado e a possibilidade de subscrição de negócios adicionais. Contratos de retrocessão não eximem, legalmente, a Companhia de suas obrigações em relação ao risco ressegurado.

Resseguradora	Rating (*)	Tipo contrato	Dez-2024	Dez-2023
Admitida	A+			
SCOR SE				
Patrimonial		Não proporcional	(1.594)	(2.041)
Patrimonial		Proporcional	(78.912)	(31.784)
Responsabilidades		Proporcional	(1.992)	(18.661)
Automóvel		Proporcional	(3.610)	(27.229)

Grupo	Dez-2024					
	Prêmio	Comissão	Sinistro	Corretagem	Comissionamento(%)	Sinistralidade (%)
Patrimonial	201.636	(35.437)	(134.779)	(9.324)	21,3%	81,1%
Riscos Especiais	1.458	(4)	19	(183)	0,3%	-1,3%
Responsabilidades	15.255	(7.621)	(7.541)	(134)	99,8%	98,8%
Automóvel	165.044	(49.883)	(136.684)	(167)	43,3%	118,7%
Transportes	1.676	16	(1.397)	(147)	0,9%	82,6%
Riscos Financeiros	82.232	(35.600)	(19.027)	(705)	76,3%	40,8%
Pessoas Coletivo	38.445	(403)	(31.789)	(1.455)	1,1%	83,6%
Rural	259.113	(56.978)	(85.844)	14	28,2%	42,5%
Marítimos	17.416	(4.259)	(10.869)	(453)	34,2%	82,6%
Outros (*)	7.280	(1.231)	(3.759)	(122)	20,4	62,1%
Total	789.555	(191.400)	(431.670)	(12.676)	32,0%	72,2%

Grupo	Dez-2023					
	Prêmio	Comissão	Sinistro	Corretagem	Comissionamento (%)	Sinistralidade (%)
Patrimonial	132.966	(27.826)	(77.237)	(5.359)	26,5%	73,5%
Riscos Especiais	472	(63)	(223)	(37)	15,4%	54,5%
Responsabilidades	9.645	(928)	1.612	40	10,6%	-18,5%
Automóvel	163.273	(28.377)	(115.606)	(147)	21,0%	85,7%
Transportes	504	(4)	50	(94)	0,8%	-10,0%
Riscos Financeiros	72.403	(31.671)	10.638	(666)	77,8%	-26,1%
Pessoas Coletivo	10.828	(266)	(4.573)	(482)	2,5%	43,3%
Rural	478.430	(96.511)	(397.654)	(256)	25,3%	104,1%
Marítimos	19.520	(5.184)	(4.425)	(240)	36,2%	30,9%
Outros (*)	3.704	(7.189)	2.459	(60)	206,3%	-70,6%
Total	891.745	(198.019)	(584.959)	(7.300)	28,5%	84,3%

(**) Substancialmente composto pelos ramos de Pessoas Individual e Aeronáutico. f. **Gestão de Riscos Financeiros:** A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam estabelecidos e seguidos, para evitar que perdas decorrentes de riscos financeiros impactem os resultados de forma adversa. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, os requerimentos regulatórios locais e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos de alta liquidez. O Grupo SCOR possui uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites, principais critérios e restrições de investimentos, considerando também as exigências da regulamentação local. O gerenciamento de risco de crédito nas operações de resseguro, retrocessão e aplicações financeiras inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's*. **Risco de mercado:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem diminuir as receitas financeiras provenientes de aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra a volatilidade dessas taxas, embora adote uma posição conservadora em suas aplicações financeiras. **Resultados da análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade consideramos uma sensibilidade de 100 pontos-base para taxa de juros pré-fixada SELIC vigente em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a qual teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e expectativas de mercado para as variações dessa taxa, refletindo sobre o saldo dos instrumentos financeiros.

Fator de risco	Impacto no Patrimônio Líquido / Resultado		
	Dez-2024	Dez-2023	
Elevação da taxa de juros	1.619	1.634	
Redução da taxa de juros	(1.619)	(1.634)	

Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Moody's Fitch S&P Total		
	Dez-2024	Dez-2023	
Caixa e Equivalentes de caixa	Aa3	AA-	A+
Banco Bradesco S.A.			
Caixa e Equivalentes de caixa	AAA	AAA	brAAA

Ativos financeiros e de contratos de resseguro	Dez-2024						Dez-2023					
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total						
Pré-fixados												
- Ativos financeiros	211.624	241.454	453.078	274.989	107.961	382.950						
Títulos Públicos Federais	211.624	241.454	453.078	274.989	107.961	382.950						
Pós-fixados												
Ativos de contratos de resseguro	806.711	125.817	932.528	783.676	120.643	904.319						
Prêmios a receber	391.581	3.507	395.088	352.846	41	352.887						
Outros créditos	-	24.942	24.942	22.480	-	22.480						
Ativos de resseguro	373.982	107.683	481.665	396.924	107.851	504.775						
Títulos e créditos a receber	16.206	14.627	30.833	11.426	12.751	24.177						
Ativos financeiros	60.935	-	60.935	21.154	-	21.154						
Equivalentes de caixa	17.730	-	17.730	7.725	-	7.725						
Depósitos Bancários	43.205	-	43.205	13.429	-	13.429						
Total de ativos	1.079.270	367.271	1.446.541	1.079.819	228.604	1.308.423						
Passivos financeiros e de contratos de resseguro												
Pós-fixados												
Passivos financeiros	54.615	545	55.160	21.897	1.062	22.959						
Contas a pagar	54.615	545	55.160	21.897	1.062	22.959						
Passivos de contratos de resseguro	1.063.267	209.879	1.273.146	956.146	195.043	1.151.189						
Prêmio de retrocessão e corretagem a pagar	267.588	-	267.588	183.196	-	183.196						
Provisões técnicas - Resseguradoras	795.679	209.879	1.005.558	772.950	195.043	967.993						
Depósitos de terceiros	810	-	810	2.600	-	2.600						
Total de passivos	1.118.692	210.424	1.329.116	980.643	196.105	1.176.748						

Conforme descrito na nota explicativa 3.b, a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) também para viabilizar uma rápida resposta à eventual necessidade de liquidez. Todos nossos investimentos financeiros possuem resgate em D+0. 5. **Disponível:** O saldo dessa rubrica refere-se, basicamente, a depósitos em conta corrente, conta corrente em moeda estrangeira e aplicações em fundos de investimentos atrelados à taxa CDI.

Bancos	Dez-2024			Dez-2023		
	Valor	Dez-2024	Dez-2023	Valor	Dez-2023	Dez-2023
Fundos de investimentos	43.205	17.730	7.725	60.935	21.154	

A Companhia registra em equivalentes de caixas os fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez e são efetivamente utilizados para gestão do fluxo de caixa. Os fundos já estão registrados ao valor de mercado. 6. **Aplicações Financeiras:** As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos, por:

a. Composição:	Dez-2024						Dez-2023					
	Dez-2024	Aplicações	Rendimentos / Atualizações	Resgates Mercado	Marcação a Dez-2024	Dez-2024						
VJORA												
Tesouro Pós-fixado - LFT	53.457	128.701	7.112 (119.764)	(3)	69.503							
Tesouro Pré-fixado - LTN	329.493	279.534	37.432 (241.531)	(21.353)	383.575							
Total	382.950	408.235	44.544 (361.295)	(21.356)	453.078							
VJORA												
Tesouro Pós-fixado - LFT	-	92.022	1.988 (40.553)	-	53.457							
Tesouro Pré-fixado - LTN	304.430	193.515	32.889 (208.645)	7.304	329.493							
Total	304.430	285.537	34.877 (249.198)	7.304	382.950							

b. **Composição por prazo e por título e taxa de juros contratada**

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.	Dez-2024						Dez-2023					
	Dez-2024	Aplicações	Rendimentos / Atualizações	Resgates Mercado	Marcação a Dez-2024	Dez-2024						
Taxa de Juros Em até 1 Entre 1 e Acima de Contratada ano 2 anos 2 anos Total												
Tesouro Pós-fixado - LFT	53.457	128.701										



The Art & Science of Risk

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

3/4

(*) Valor de Prêmios a Receber não contempla RVR no valor de R\$ 4.739 em 2024 (R\$ 5.655 em 2023). (***) Valor de Prêmios retrocedidos está líquido de custos de retrocessão diferidos (vide Nota 10.c) (***) Compreende demais ramos, como Pessoa Individual, Cargo, etc. d. Prêmios a receber por prazo de vencimento: O prêmio da Companhia é registrado em bases estimadas e efetivas e liquidado pelas cedentes por meio de prestações de contas, em sua maioria, trimestrais, sendo este o período médio de parcelamento dos prêmios e outros recebíveis operacionais. Os contratos têm, em média, prazos de um ano, a partir de sua primeira prestação de contas, para liquidação de suas operações.

	Dez-2024	Dez-2023
Vencido:		
de 0 a 90 dias	16.233	11.759
de 91 a 180 dias	5.983	1.501
de 181 a 360 dias	5.051	557
Acima de 360 dias	184	850
A vencer:		
de 0 a 90 dias	284.801	306.197
de 91 a 180 dias	17.253	11.141
de 181 a 360 dias	42.875	17.712
Acima de 360 dias	3.506	41
Total	375.886	349.758

Redução ao valor recuperável

	Dez-2024	Dez-2023
Vencido:		
de 0 a 90 dias	(1.087)	(445)
de 91 a 180 dias	(2.581)	(3.370)
de 181 a 360 dias	(919)	(984)
Acima de 360 dias	(152)	(856)
Total	(4.739)	(5.655)

O Prazo médio de parcelamento dos prêmios a receber é de quatro parcelas, em consonância com as prestações de contas que as Cedentes enviam trimestralmente.

8. Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas – Resseguradoras

	Dez-2024	Dez-2023
Provisão para prêmio não ganho	258.413	245.950
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(63.749)	(85.788)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	190.443	220.743
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	96.558	123.870
Total de ativos de retrocessão	481.665	504.775
Total circulante	373.982	396.924
Total não circulante	107.683	107.851

b. Movimentação dos ativos de retrocessão

	Dez-2023	Consti- tuição / (Reversão)	(Paga- mento)	Dez- 2024
Ativos de Resseguro e Retrocessão				
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	162.841	39.182	-	202.023
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	220.743	(30.300)	-	190.443
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	121.191	192.050	(224.042)	89.199
Total	504.775	200.932	(224.042)	481.665

	Dez-2022	Consti- tuição / (Rever- são)	(Paga- mento)	Dez- 2023
Ativos de Resseguro e Retrocessão				
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	332.958	(170.117)	-	162.841
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	159.256	61.487	-	220.743
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	533.923	319.864	(732.596)	121.191
Total	1.026.137	211.234	(732.596)	504.775

9. Créditos tributários e previdenciários e impostos e contribuições: a. Créditos Tributários e previdenciários:

	Dez-2024	Dez-2023
i. Composição dos créditos tributários		
Tributos a compensar		
IRPJ recolhido a maior	163	273
CSLL recolhido a maior	98	186
PIS recolhido a maior	15	-
Total	276	459

Antecipações 2024 IRPJ/CSLL

	Dez-2024	Dez-2023
IRPJ antecipação	7.476	6.392
CSLL antecipação	4.498	3.240
Total	11.974	9.632

Crédito Prejuízo Fiscal

	Dez-2024	Dez-2023
IRPJ diferido	540	4.564
CSLL diferido	324	3.788
Total	864	8.352

Crédito de diferenças temporárias

	Dez-2024	Dez-2023
IRPJ diferido	7.879	2.027
CSLL diferido	5.883	2.372
Total	13.762	4.399

	Dez-2024	Dez-2023
Total	26.876	22.842
Total ativo circulante	12.249	10.091
Total ativo não circulante	14.627	12.751

ii. Movimentação dos créditos tributários

	Dez-2023	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2024
Tributos a compensar				
IRPJ recolhido a maior	273	-	(110)	163
CSLL recolhido a maior	186	-	(88)	98
PIS recolhido a maior	-	15	-	15
Total	459	15	(198)	276

Antecipações IRPJ/CSLL

	Dez-2023	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2024
IRPJ antecipação 2023	6.392	7.476	(6.392)	7.476
CSLL antecipação 2023	3.240	4.498	(3.240)	4.498
Total	9.632	11.974	(9.632)	11.974

Crédito Prejuízo fiscal

	Dez-2023	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2024
IRPJ diferido	4.564	-	(4.024)	540
CSLL diferido	3.788	-	(3.464)	324
Total	8.352	-	(7.488)	864

Crédito de diferenças temporárias

	Dez-2023	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2024
IRPJ diferido	2.027	5.852	-	7.879
CSLL diferido	2.372	3.511	-	5.883
Total	4.399	9.363	-	13.762

	Dez-2022	Consti- tuições	Atualiza- ção	Baixas	Dez- 2023
Tributos a compensar					
IRPJ recolhido a maior	1.890	164	109	(1.890)	273
CSLL recolhido a maior	1.716	98	88	(1.716)	186
Total	3.606	262	197	(3.606)	459

Antecipações IRPJ/CSLL

	Dez-2022	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2023	
IRPJ antecipação 2023	3.460	6.470	-	(3.538)	6.392
CSLL antecipação 2023	2.191	3.897	-	(2.848)	3.240
Total	5.651	10.367	-	(6.386)	9.632

Crédito Prejuízo fiscal

	Dez-2022	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2023	
IRPJ diferido	7.347	-	-	(2.783)	4.564
CSLL diferido	5.458	-	-	(1.670)	3.788
Total	12.805	-	-	(4.453)	8.352

Crédito de diferenças temporárias

	Dez-2022	Consti- tuições	Baixas	Dez- 2023
IRPJ diferido	2.027	5.852	-	7.879
CSLL diferido	2.372	3.511	-	5.883
Total	4.399	9.363	-	13.762

Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal são de exercícios anteriores. Os registros desses créditos estão suportados por todos os requisitos determinados na subseção XI Art. 118 da circular SUSEP 648/21 com valor presente de R\$ 306 em 31 de dezembro de 2024. A Companhia apurou lucro antes dos impostos no exercício atual, compensando 30% ao ano do crédito tributário. A expectativa da Companhia é de que o saldo registrado será consumido no exercício de 2025.

b. Impostos e Contribuições

	Dez-2024	Dez-2023
IRPJ a recolher	9.365	6.470
CSLL a recolher	5.633	3.897
COFINS a pagar	822	1.440
PIS a pagar	135	234
Total	15.955	12.041

10. Custo de Aquisição Diferido:

	Dez-2024	Dez-2023
a. Abertura dos custos de aquisição diferidos por ramo		
Patrimonial	10.033	5.482
Responsabilidades	113	75
Automóvel	91	75
Riscos Financeiros	438	494
Pessoas Coletivo	2.335	1.015
Marítimos	497	345
Outros (*)	218	121
Total Circulante	13.725	7.607

(*) Refere-se basicamente aos ramos de Transporte, Aeronáutico e Riscos Especiais.

b. Movimentação dos custos de aquisição diferidos de resseguro

	Dez/24	Dez/23
Saldo Inicial	7.607	4.086
Constituição	10.336	8.307
(Pagamento)	(4.218)	(4.786)
Total	13.725	7.607

Abertura dos custos de aquisição de retrocessão diferidos por ramo

	Dez/24	Dez/23
Patrimonial	(6.232)	(1.369)
Responsabilidades	(6)	(3)
Automóvel	(5)	(3)
Riscos Financeiros	(416)	(470)
Marítimos	(36)	(14)
Outros (*)	(189)	(104)
Total	(6.884)	(1.963)

(*) Refere-se basicamente aos ramos de Transporte, Aeronáutico e Riscos Especiais.

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos de retrocessão

	Dez/24	Dez/23
Saldo Inicial	(1.963)	(504)
(Reversão)	(7.557)	(2.301)
Apropriação	2.636	842
Total	(6.884)	(1.963)

11. Ativo Imobilizado e intangível

Composto principalmente por móveis, equipamento de escritórios e benfeitorias em imóveis de terceiros alocados nos dois escritórios da Companhia, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, os ativos imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição e depreciação calculada segundo o método linear conforme

o período de vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa 3.k.iv.

	Dez-2024	Dez-2023
a. Composição		
Bens móveis		
Equipamentos	1.589	1.351
Móveis, máquinas e utensílios	243	239
Outras imobilizações	5.867	5.867
(-) Depreciação acumulada	(5.867)	(5.401)
Intangível	74	74
(-) Amortização Acumulada	(74)	(70)
Total	1.832	2.060

b. Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Dez-2023	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez- 2024
Bens móveis				
Equipamentos	596	238	(238)	596
Móveis, máquinas e utensílios	126	4	(23)	107
Outras imobilizações	1.334	-	(205)	1.129
Intangível	4	-	(4)	-
Total	2.060	242	(470)	1.832

	Dez-2022	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez- 2023
Bens móveis				
Equipamentos	563	224	(191)	596
Móveis, máquinas e utensílios	150	-	(24)	126
Outras imobilizações	1.059	423	(148)	1.334
Intangível	18	-	(14)	4
Total	1.790	647	(377)	2.060

12. Débitos de Operações Com Seguros e Resseguros

	Dez-2024	Dez-2023
a. Composição		
Prêmio retrocedido a pagar	280.955	149.415
(-) Comissões retrocedidas	(75.129)	(13.300)
Subtotal	205.826	136.115

b. Movimentação das reservas técnicas

	Dez-2023	Constituição / (Reversão)	Pagamento	Dez-2024
Provisões Técnicas - Resseguradoras				
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	364.737	31.903	-	396.640
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	354.355	(25.281)	-	329.074
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	242.166	191.869	(163.904)	270.131
Provisão de Excedentes Técnicos (PET)	6.735	2.978	-	9.713
Total	967.993	201.469	(163.904)	1.005.558

	Dez-2022	Constituição / (Reversão)	Pagamento	Dez-2023
Provisões Técnicas - Resseguradoras				
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	473.804	(109.067)	-	364.737
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	239.370	114.985	-	354.355
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	618.838	469.974	(846.646)	242.166
Provisão de Excedentes Técnicos (PET)	7.429	9.575	(10.269)	6.735
Total	1.339.441	485.467	(856.915)	967.993

15. Desenvolvimento de sinistros ocorridos:

A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Valores brutos de retrocessão UJWY	2014	2015
------------------------------------	------	------



SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/4

risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado. Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Dez-2024	Dez-2023
Patrimônio Líquido	133.276	140.581
Despesas antecipadas	-	(37)
Créditos tributários com prejuízos fiscais	(864)	(8.352)
Ativos intangíveis	-	(4)
Ajustes contábeis	(864)	(8.393)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	27.227	14.704
PLA - nível I	132.412	132.188
PLA - nível II	27.227	14.704
PLA - nível III	-	-
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Do Exc. De Nível II e III (*) (a)	159.639	146.892
Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	60.000	60.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	87.227	74.704
Capital de risco de subscrição	67.516	52.707
Capital de risco de crédito	23.214	23.369
Capital de risco operacional	4.123	4.870
Capital de risco de mercado	4.816	7.107
Correlação entre os riscos	(12.428)	(13.349)
Capital mínimo requerido (b)	87.228	74.704
Suficiência de capital (c = a - b)	73.663	72.188
Suficiência de capital (c / b)	84,5%	96,6%
Índice de solvência (d = a / b)	184,5%	196,6%

21. Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR SE e Essor Seguros S.A. além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Membros da Diretoria	
Gilberto Kaoru Fujita Rafael Zimmer Polking	Fernando Viana dos Reis Dafne Coutinho Santos Fabio Henrique Ferreira de Pinho

	Dez-2024			Dez-2023		
	Ativo	Passivo	Receita/Despesa	Ativo	Passivo	Receita/Despesa
Administradores (i)	-	(596)	(7.154)	-	(499)	(5.985)
SCOR Reinsurance Company	2.742	(6.029)	623	3.012	4.492	(6)
Cost sharing agreement (ii)	106	(312)	(121)	-	(187)	(146)
Operações de retrocessão (iii)	2.636	(5.717)	744	3.012	4.679	140
SCOR Brasil Participações Ltda.	631	-	79	449	-	116
Cost sharing agreement (ii)	631	-	79	449	-	116
SCOR SE (Paris)	472.145	(229.690)	(116.061)	499.902	(306.131)	(69.228)
Cost sharing agreement (ii)	-	(128)	(562)	-	(94)	210
Operações de retrocessão (iii)	472.145	(227.731)	(116.067)	499.902	(305.152)	(69.723)
Share Award Plan (iv)	-	(1.261)	343	-	(779)	162
Parental guarantees (vi)	-	(570)	225	-	(106)	123
Essor Seguros S.A.	200.450	(602.327)	(104.225)	299.490	(768.762)	(14.038)
Cost sharing agreement (ii)	1.435	-	523	1.573	(2.486)	(913)
Operações de resseguro (v)	199.014	(602.327)	(104.747)	297.917	(766.276)	(13.125)
Total	675.862	(838.594)	(226.692)	802.853	(1.070.900)	(89.051)

(i) Remuneração a pagar. (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes. (iii) Refere-se a transações de retrocessão. (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz. (v) Refere-se a transações de resseguro. (vi) Refere-se a garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia. **b. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **22. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **23. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em 07 processos administrativos classificados como Perda Possível. Tratam-se, substancialmente, de processos tributários em andamento na Receita Federal do Brasil (RFB). Além dos processos de natureza administrativa, a Companhia conta com 02 processos de natureza judicial, classificados como Perda Possível e como Perda remota, com valor em risco atualizado de R\$ 1.002 mil (R\$ 1.096 mil em 2023). Assim, devido às classificações de probabilidade de perda, não houve provisão para nenhum dos processos mencionados. A classificação das contingências é baseada na opinião dos advogados externos contratados pela Companhia, que por sua vez monitoram a evolução dos temas envolvendo as respectivas ações. **24. Eventos Subsequentes:** Não houve evento subsequente após o fechamento até a data da publicação destas demonstrações financeiras.

Contador responsável	Atuário responsável
Marcelo Aparecido Bueno Francisco CRC nº 1SP-300736/O-3 "RJ"	Isabella Silva de Oliveira MIBA nº 1138

Parecer dos Atuários Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Scor Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 19.851.775/0001-07

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da SCOR Brasil Resseguros S.A são relevantes para planejar

os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Mário Costa
Atuário MIBA 933
FORVIS MAZARS SERVICIOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170
CNPJ Nº 41.921.418/0001-19
Forvis Mazars
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Scor Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 19.851.775/0001-07

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scor Brasil Resseguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scor Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2024, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

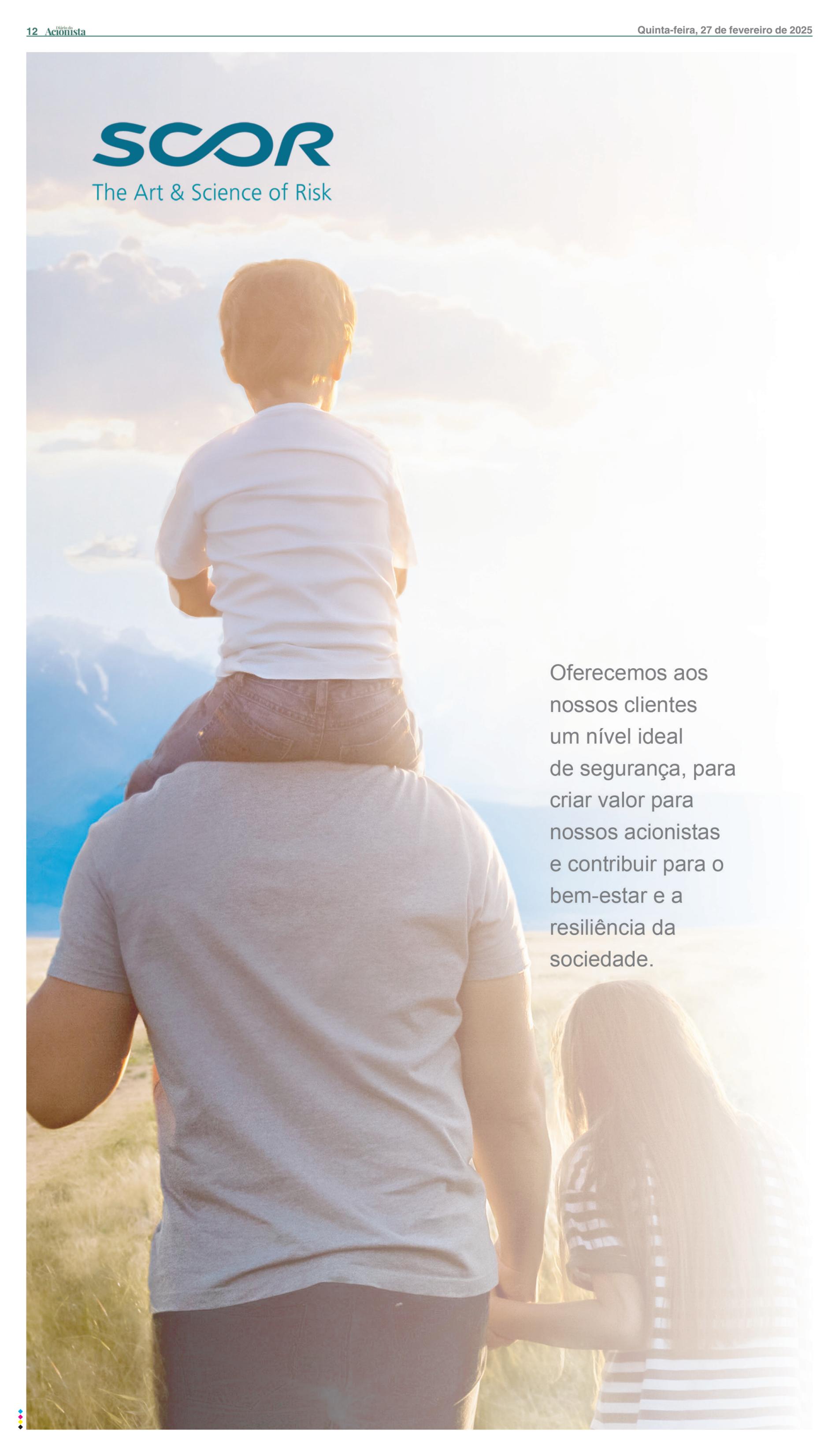
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 "R"
Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



The SCOR logo is rendered in a bold, blue, sans-serif font. The letter 'O' is stylized with a continuous loop that extends to the right, creating a sense of motion and interconnectedness.

The Art & Science of Risk

A photograph of a family of three—a man, a woman, and a young boy—seen from behind as they stand in a grassy field. The man is carrying the boy on his shoulders, and the woman is holding the man's hand. They are all looking towards a bright sunset over a landscape of rolling hills and mountains. The sky is filled with soft, golden light and scattered clouds. The overall mood is peaceful and hopeful.

Oferecemos aos
nossos clientes
um nível ideal
de segurança, para
criar valor para
nossos acionistas
e contribuir para o
bem-estar e a
resiliência da
sociedade.

